ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016,
MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO
DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

ATA Nº “45”

PRESIDENTE - DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Senhoras e senhores, bom dia!

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Redação-CCJR e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária-CFAEO, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 250/2016, Mensagem nº 39/2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017-LDO e dá outras providências

Convido para compor a mesa o Exmº Deputado Pedro Satélite, nosso companheiro, que é o Relator da LDO na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; a Promotora de Justiça, Anne Karine, Secretária Geral de Administração do Ministério Público; o Sr. Último Almeida de Oliveira, Chefe da Unidade de Relações Federativas Fiscais, neste ato, representando o Secretário de Estado de Fazenda Seneri Paludo; e a Srª Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Pena, Secretária Adjunta de Orçamento da SEPLAN.

Eu gostaria de solicitar a todos para que, em pé, possamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Convido para compor a mesa o Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

Agradeço a presença nesta Audiência Pública dos seguintes senhores: da Secretária-Adjunta de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas da Seplan, a Srª Carolina Carlinks; do Secretário Executivo de Planejamento do Estado de Mato Grosso, o Sr. José Bussiki; da Coordenadora da Gestão de Programação Financeira do Tesouro, da Seplan, a Srª Luciana Rosa; do Chefe da Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita Pública - Seplan, o Sr. Luiz Gonçalo Pereira Ormond; do Presidente do Sindes - Sindicato dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico, o Sr. Adolfo Grassi; do Presidente da Sisma - Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde, o Sr. Oscarlino Alves; da Presidente do Sinetran - Sindicato dos Servidores do Detran, Daiane Renner; do Diretor Financeiro do Sindojus - Sindicato dos Oficiais de Justiça de Mato Grosso, o Sr. Jaime Osmar Rodrigues; do Presidente da Asager, James Jaudy; do Presidente da Aspoger-Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado, o Sr. Gustavo Amorim Eichebeck; do Presidente do Sintesmat-Sindicato dos Trabalhadores da Educação Superior, o Sr. Luiz Vanderlei dos Santos; do Vice-Presidente do Sindicato do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário de Mato Grosso - Sintap, o Sr. Francisco Borges; da Presidente do Sintap-MT, a Srª Diany

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Dias; dos servidores da Famato - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso; dos servidores da Seplan, que se fazem presentes; do Presidente do Sinpaig-Sindicato dos Profissionais da Área Meio do Poder Executivo, o Sr. Edmundo Cícero Leite; das assessorias presentes; dos senhores Parlamentares; da sociedade civil presente. Ficam os nossos agradecimentos à assessoria das duas Comissões, tanto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, quanto da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, também, os nossos agradecimentos.

Já iniciando, vamos ouvir algumas autoridades. Nós gostaríamos, nesta oportunidade, de passar a palavra à Exm^a Sr^a Secretária-Adjunta de Orçamento da Seplan, Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna.

Antes, peço permissão para anunciar e convidar para compor a mesa o Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Com a palavra, a Exm^a Sr^a Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Bom dia a todos.

Em nome da Secretaria de Estado de Planejamento - Seplan, em nome do nosso Secretário, eu agradeço a presença dos técnicos da Seplan que nos ajudaram a elaborar a LDO; todos os servidores presentes que contribuem também na produção dos dados, das informações.

Quero informar que farei a apresentação da LDO, dos números das diretrizes para o Orçamento daqui a pouquinho e aguardaremos as perguntas, as contribuições dos senhores ao final da apresentação.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Iniciando, nós gostaríamos de fazer algumas considerações e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por intermédio da nossa assessoria, já fez aqui dois questionamentos.

Primeiro, considerando que o dispositivo do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, da abertura de crédito suplementar depende da existência de recursos disponíveis para o que dispõe o art. 25, inciso I, do Projeto da LDO/2017, que autoriza abrir crédito suplementar em caso de frustração de arrecadação de Receita, não haveria uma incompatibilidade - para não dizer ilegalidade -, do art. 25, I, pois, se houver frustração de receita, não há recursos disponíveis.

E a assessoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação já fundamenta nos artigos 43 e 45, fazendo esse questionamento e fundamentando essa ilegalidade encontrada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O segundo questionamento dentro do que estabelece a LDO: considerando o que dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, que fala exatamente sobre a autorização da abertura de crédito suplementar, não haveria uma incompatibilidade para não dizer ilegalidade do art. 25, II.

Então, ficam esses dois questionamentos e como a Comissão de Constituição, Justiça e Redação analisa a legalidade, juridicidade da matéria...

A segunda está questionando a incompatibilidade e, inclusive, a ilegalidade, fazendo referência ao art. 25, II. Tem o I e o I e fundamenta no art. 71 e no art. 25 para fazer essa afirmação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Eu passo a palavra ao Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para fazer as considerações que entender necessárias.

Só dizer que 82 emendas foram apresentadas e temos uma Mensagem modificativa, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 55/2016, que está acompanhando o Projeto da LDO. Oitenta e duas emendas foram propostas pelos Srs. Deputados e pela Srª Deputada.

Passo a palavra ao Deputado Zé Domingos Fraga para fazer as considerações que entender necessárias.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Bom dia a todos e todas!

Cumprimento o Deputado Sebastião Rezende, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; o Deputado Pedro Satélite; o Secretário Gustavo de Oliveira e em seu nome as demais autoridades que compõem este dispositivo.

Primeiro, parabenizar o Deputado Sebastião Rezende pela iniciativa em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para darmos andamento à discussão da LDO, haja vista que ela está há algum tempo nesta Casa e, praticamente, ficamos à mercê da Comissão formada entre os Poderes para buscarmos uma solução em relação ao percentual do bolo tributário para os Poderes, mas isso independe da discussão da LDO.

Então, o Deputado Sebastião Rezende e eu chegamos a um acordo para que pudéssemos discutir em Audiência Pública a LDO, sendo que esta primeira Audiência Pública, na manhã de hoje, será presidida pelo Presidente da CCJR, Deputado Sebastião Rezende, e a próxima, na quinta-feira, será presidida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Então, estamos dando início aos trabalhos.

Temos um cronograma a ser seguido para a discussão da LDO e já temos um cronograma para discutir a LOA que está nas mãos do Deputado Sebastião Rezende para que ele faça alguns ajustes para que possamos, também, dar continuidade aos estudos da Lei Orçamentária Anual. Eu não entrarei na parte técnica da LDO, até porque fui um dos Deputados que mais apresentou emendas à LDO e espero que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação possa, realmente, referendá-las.

Em relação ao questionamento feito pelo Deputado Sebastião Rezende, peço à Roberta que ao final da sua explanação responda, mas é o que está na Mensagem nº 40 que estamos discutindo. Praticamente é a mesma coisa que está na Mensagem nº 40.

Para que haja o equilíbrio financeiro no Estado, atendendo recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aquelas fontes de recursos frustradas estão suplementando com as fontes em que houve superávit para que possa, de fato, haver esse equilíbrio financeiro, fazendo uma reversão de acordo com a Lei Complementar nº 360, que é para a Conta Única. Se não me falhe a memória, é isso que está contido na Mensagem nº 40 que está cumprindo pauta e que deveremos, realmente, votar na Comissão de Mérito. Estamos votando na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, até porque é uma alteração na Lei Orçamentária e que deverá ser votada ainda no transcorrer desta semana.

No mais, quero agradecer a presença de todos.

Dizer que ambas as Comissões estão abertas para receber sugestões dos sindicatos, da sociedade como um todo para que possamos aperfeiçoando a LDO, porque é uma lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

extremamente importante. É uma lei de planejamento orçamentário. É ela que vai dizer o que nós colocaremos na Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

No mais, muito obrigado e uma boa audiência pública a todos.

O Sr. Pedro Satélite - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Muito obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga.

Eu já agradeço, mas reitero os nossos agradecimentos aos representantes sindicais. Não sei se vocês tiveram acesso a todas as emendas que foram propostas que são 82 emendas. Se eventualmente não tiveram, quero dizer que a Mensagem está na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e vocês têm liberdade de verificar, analisar e fazer, inclusive, sugestões.

Dizer, também, que as sugestões que eventualmente fizerem a nossa Comissão, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, vai apresentar. Obviamente, que vocês têm acompanhado conosco todas as emendas e precisamos fazer com que todas tenham legalidade, até porque é analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e estamos à disposição.

Ouviremos, agora, o Deputado Pedro Satélite.

Se, eventualmente, os sindicatos ou os representantes da sociedade que já tiveram acesso às emendas apresentadas quiserem fazer alguma consideração, gostaríamos de abrir a oportunidade. Eventualmente não tendo, não constando algumas emendas que contemple parte ou algum segmento da nossa sociedade e dos sindicatos, é um momento oportuno para essa manifestação.

Passo a palavra, agora, ao Relator da LDO na Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR, Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Obrigado, Deputado Sebastião Rezende.

Especialmente, cumprimentar a todos, os segmentos que se fazem presentes.

É muito importante a participação da sociedade para que possamos na LDO, Sr. Presidente, contemplar todos os segmentos tanto na área da saúde, da educação e da segurança para que nenhum município do Estado fique de fora e que seja contemplado tanto na LDO como na LOA.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Zé Domingos Fraga; o Deputado Dr. Leonardo; a Promotora de Justiça Anne Karine Louzich Hugueney Wiegert, em nome da qual cumprimento os demais presentes.

Coube-me fazer esse relatório e estaremos recebendo, Deputado Sebastião Rezende, até o dia 24 deste mês, algumas Emendas ainda. Nós já recebemos aqui 82 Emendas e uma Mensagem Modificativa que chegou à Comissão de Constituição, Justiça e Redação a partir do dia 16/06/2016. Então, nós estaremos recebendo Emendas, ainda, até o dia 24 e, posteriormente, faremos o relatório que será colocado ao Plenário para votação.

Apenas isso que temos a declarar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Também cumprimentar o nosso companheiro Deputado Dr. Leonardo, Vice-Líder do Governo, aqui conosco.

Nós gostaríamos de abrir a oportunidade para a plateia e para os nossos companheiros que acompanham a nossa Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Eu não sei se já tem alguém inscrito. Se tiver alguém que deseja fazer o uso da palavra. (PAUSA)

Passo a palavra ao Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, que fará a parte inicial.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom dia, Deputado Sebastião Rezende; Deputado Pedro Satélite; Deputado Dr. Leonardo; Deputado Zé Domingos Fraga; demais colegas da Secretaria de Estado de Planejamento; Dr^a Anne Karine Louzich Hugueney Wiegert, do Ministério Público, e demais colegas presentes nesta Audiência Pública.

Deputado, sem dúvida, talvez seja essa a Peça Orçamentária ou as Peças Orçamentárias, a LDO e a LOA, num momento de maior tensão nas finanças públicas do País.

Hoje nós sabemos que mais de vinte Estados da Federação já têm imensa dificuldade em honrar os seus compromissos.

O cenário fiscal do País, em que pese recentes medidas aprovadas pelo Governo Federal, que indicam uma tendência de melhora e essa melhora ainda não começa a se efetivar, ao contrário, os repasses federais tem caído mês a mês para o Estado de Mato Grosso. No mês passado o Governo Federal deixou de repassar mais de 60 milhões de reais ao Estado de Mato Grosso. Para o ano de 2016 não temos, ainda, uma data programada para liberação do FEX, o importante auxílio às exportações; a questão do apoio aos Estados que virá, principalmente, tendo como fonte a repatriação dos recursos, o Projeto de Lei de repatriação dos recursos, a Lei que foi aprovada, ainda não se tem uma definição clara.

Eu diria a todos os senhores que nós estamos vivendo, infelizmente, os piores dias da crise no setor público no País.

Então, a importância da discussão, primeiro, aqui da LDO e, posteriormente, da LOA, que vai ser encaminhada à Assembleia Legislativa...

Deputado Eduardo Botelho, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu cumprimento também o Deputado Eduardo Botelho, que é o Relator da LDO na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que já ocupa assento à mesa dos trabalhos.

Retorno a palavra ao Secretário de Planejamento, Gustavo Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Qual é a importância da discussão que nós vamos fazer aqui, hoje? Principalmente a constatação de que, em um linguajar mais simples, o Estado de Mato Grosso já não cabe dentro do próprio orçamento.

Foi nítida a dificuldade da equipe da Secretaria de Estado de Planejamento em conseguir montar uma Peça Orçamentária que nós sabemos não tem recursos suficientes já na sua gênese para fazer frente aos principais enfrentamentos e desafios da sociedade mato-grossense, especialmente no momento de crise.

O que foi priorizada principalmente nessa Peça Orçamentária que vai ser analisada nesta Audiência Pública? Os recursos para a saúde, segurança e educação.

Nós tivemos que fazer corte principalmente nos custeios, isso vai ser demonstrado pela Secretária Adjunta Roberta, em mais de vinte e sete unidades orçamentárias. O custeio dessas unidades vai ser muito baixo ano que vem, a não ser que nós tenhamos um incremento de receita. Esse é o primeiro ponto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Segundo ponto importante a se destacar, infelizmente, por conta de uma trajetória crescente de despesas com pessoal, na própria Peça Orçamentária já não foi possível, acomodando todas as tendências de crescimento, despesa de pessoal, tais como; a RGA 2016; o próprio crescimento vegetativo da folha; aumentos reais previstos em leis de carreira, não foi possível adequar o limite de pessoal dentro do que prega a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101.

Os senhores irão notar nitidamente que na Peça Orçamentária isso, na gênese, extrapola o limite de 49%, que é onde deveríamos estar. Obviamente que durante a discussão da Peça Orçamentária não podemos avançar nas discussões de estratégias de como esse limite vai ser cumprido ou enquadrado, mas é um ponto importante em que pese todo esforço da equipe de acomodar o máximo possível dessas despesas dentro da Peça Orçamentária.

A questão da dívida pública é uma preocupação crescente em todos os Estados.

Os recursos prioritários para pagamento da dívida pública têm que ser honrados pelos Estados sob pena de termos sanções pesadas do Governo Federal do não pagamento. Vimos recentemente uma discussão sobre a dívida dolarizada aqui no Estado, o que o não pagamento de uma parcela poderia ocasionar em perdas, principalmente, bloqueio de recursos federais para o Estado, isso tudo previsto em Lei. Então, também é uma preocupação central da Peça Orçamentária.

Mas, também, dentro de tudo isso nós temos que acomodar a repartição dos recursos da Receita Corrente Líquida com os demais Poderes, porque o Estado de Mato Grosso não é só o Poder Executivo, ele também é composto pelos demais Poderes, e, principalmente, garantir investimentos, porque sabemos que Mato Grosso é um Estado muito carente em infraestrutura, em saúde, em educação e em tantas outras frentes.

Esse foi o grande desafio: construir uma Peça Orçamentária minimamente equilibrada, minimamente factível num cenário de crise e de arrocho fiscal tão grande. É sobre isso que iremos debater hoje.

Dito isso, eu queria passar a palavra à Secretária Adjunta de Planejamento, Sr^a Roberta, servidora de carreira do Estado, lidera uma equipe muito competente da Secretaria de Estado de Planejamento e foi quem elaborou tanto a LDO quanto a proposta de LOA que foi encaminhada para esta Casa de Leis.

Já estamos analisando as emendas, as oitenta e duas, e como ainda temos o prazo até o dia 24 para que novas emendas possam ser apresentadas, a equipe técnica está à disposição desta Casa de Leis para discutir, principalmente, a análise dessas emendas.

Mas o que eu quero neste momento, objetivamente, passando a palavra à Secretária Roberta, é deixar claro para todos que é um momento de crise e a Peça Orçamentária, obviamente, reflete esse momento de crise para o Estado de Mato Grosso.

Roberta, se você puder fazer a apresentação.

Nós fizemos algumas cópias da apresentação e eu vou pedir a equipe técnica para distribuir à mesa e para alguns na audiência para que possam acompanhar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, a Secretária-Adjunta.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Obrigada, Secretário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Eu peço que alguém verifique o *datashow* que não está funcionando, para que as pessoas possam acompanhar a apresentação. Eu peço desculpas, mas tínhamos testado. Ele estava funcionando e agora parou de funcionar...

Então, iniciando: o objetivo dessa audiência pública é apresentar as diretrizes para elaboração do orçamento, essa é a finalidade da LDO. A LDO define todas as diretrizes, os parâmetros gerais para elaboração do orçamento.

Essa questão da Audiência Pública, que nós estamos apresentando hoje, é definida na Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 48, que diz que a transparência será assegurada também mediante a participação popular e realização de audiência. Então, estamos cumprindo também a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Constituição Federal diz que a LDO compreenderá metas e prioridades, orienta toda elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, dispõe sobre alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal também fala que a LDO tem que manter, tem que dispor equilíbrio entre receitas e despesas, todas as condições e limitações de empenho, quando podemos fazer as limitações de empenho, o controle de custos, a avaliação dos programas finalísticos que se dá pelo relatório de avaliação governamental que o Estado, que o Executivo entrega todos os anos, metas fiscais e riscos fiscais. São os anexos que a LDO também apresenta.

Para esta LDO de 2017 quais foram os parâmetros macroeconômicos que nós utilizamos? Então, a Fonte é o Boletim Focus do Banco Central.

O PIB Nacional, que em 2016 tinha uma previsão de ser negativo, -3,5%; para 2017, nós já vemos uma recuperação para 0,3%.

O PIB de Mato Grosso em 2016, -1,9%, negativo. Então, nós estamos sentindo este ano essa retenção na atividade econômica. Para o ano que vem já a 2% para o PIB de Mato Grosso.

O IGP-DI, 7,35% e 5,8%.

Em todos os parâmetros, os senhores podem perceber, para o ano que vem, nós temos uma leve melhora.

Em relação a 2016, esses parâmetros foram realizados em fevereiro, março, na elaboração da LDO deste ano. Então, esses parâmetros de 2016 já estão sofrendo alterações.

Nós temos no último Boletim Focus de 14 de outubro de 2016, a taxa do dólar de 2016 está prevista para 3,19%. Então, foi previsto utilizar uma taxa de câmbio de 3,68% e hoje ela já está em 3,19%, é a previsão. Isso altera os valores da dívida dolarizada que nós temos porque nós fazemos a LDO bem antes do fechamento do ano, nós entregamos em maio.

O IPCA já está em 6,99%, é a previsão para 2016; IGP-DI, 7,41%; e outros parâmetros que podem alterar durante o ano.

Então, para esta LDO nós temos uma projeção de Receita Total Líquida de dezessete bilhões e quinhentos milhões, contra 2016 de 16 bilhões, 553 milhões. Há uma variação de 950 milhões que chega a ser 5,74% de variação. Então, está abaixo da inflação.

A queda foi principalmente em relação às Receitas de Capital.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Transferências Correntes de Capital que são: Convênios, Operações de Crédito. Então, nós tivemos frustrações principalmente nas Operações de Crédito, Transferências Correntes e Transferências de Capital.

Transferências do SUS, Convênios, Fundo de Participação dos Estados - FPE, nós tivemos uma boa redução e os senhores verão depois mais a frente que está discriminado.

O ICMS já está incorporando o crescimento do PIB do ano que vem porque seu eu colocar uma inflação de 2016 de 7,10% mais ou menos, dá 2,60 mais ou menos, o crescimento real do ICMS.

O PIB de 2017 é 2%, nele já está incorporando esse crescimento do PIB.

A RCL de 2016, 12 bilhões, 828 milhões e na LDO nós estamos prevendo uma RCL de 13 bilhões.

Há uma nota explicativa aqui falando que o FETHAB, mais para frente eu posso detalhar, o FETHAB *commodities* sai da RCL e ele passa para ser receita de capital.

Pode passar que eu vou explicar isso aqui.

Então, quais são as principais alterações que vemos? Aqui o FETHAB, 1,3 contribuições do FETHAB teve uma redução de 2016 para 2017 porque ele sai, uma parte do FETHAB sai da receita corrente e vai para a receita de capital. Então, aqui nas receitas correntes ele tem uma redução de 877 milhões para 560 milhões. Mas por outro lado, se você olhar aqui no item 3. Receita de capital, o FETHAB, em 2016, não constava como receita de capital e para 2017 já tem a previsão do FETHAB *commodities* entrar em receitas de capital, além do FETHAB adicional. Então, tem um aumento de 746 milhões do FETHAB nesse item.

Temos aqui a redução das receitas de capital - operações de crédito, 817 milhões para 456 milhões.

Transferências de capital também, uma redução, convênios, são os recursos que vêm principalmente do Governo Federal, como financiamentos e financiamentos que nós temos redução. E na receita corrente também, transferência corrente, temos uma redução que aí tem transferência do SUS, convênios com o REG.

Então, a receita total, como já tínhamos falado, tem uma previsão de aumento de 950 milhões, com uma variação de 5,74%.

Em relação à renúncia, estão previstos 2 bilhões, 439 milhões na LDO 2017. Já tem uma mensagem modificativa, como vocês mesmos já citaram na última audiência pública, e essa renúncia da LDO ela passa de 2 bilhões, 440 milhões para 2 bilhões, 449 milhões. Uma alteração de 9 milhões. Essa alteração é por causa do REFIS que foi incorporado aí.

Na LDO 2017 há uma pequena variação por causa do REFIS que foi incorporado.

Em relação à dívida: em 2017, a dívida consolidada é de 8,2 bilhões de reais e a consolidada líquida é 5,7 bilhões de reais, em cima de um PIB de 105 bilhões de reais. Então, o percentual em relação ao PIB, a dívida pública: 7,8 bilhões e a consolidada líquida: 5,5 bilhões de reais.

Aí nós temos as projeções para 2018 e 2019. Aqui, em baixo, nós vemos o total do serviço da dívida, juros mais amortizações, dá 1 bilhões, 388 milhões de reais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

E aqui as operações de crédito para 2017, são 456 milhões de reais, porque há Programa de Revitalização das Rodovias Estaduais, PROCONCRETO I, PROCONCRETO II, que são esse valor de 456 milhões de reais.

Dívida por credor: a nossa maior parte da dívida de 39,82% é com a União; a segunda, que é a que mais interfere nas nossas finanças, é do *Bank of America*, este ano nós tivemos essa questão de pagar em juízo, esse valor está depositado em juízo, dando uma média de 130 milhões de reais por ano, por parcela, são duas parcelas por ano: março e setembro. Então, nesses meses nós temos que fazer todo um esforço fiscal possível, fazer remanejamentos para conseguir arcar com essa parcela do *Bank of America*.

Com o Banco do Brasil a nossa dívida é de 21,94%, incluindo financiamentos também em que o Banco do Brasil foi o agente financiado. Temos, também, dívidas com a Caixa Econômica Federal, com BNDES e o último, com o Bid-Profisco.

Parâmetro de repasse aos Poderes: em 2016, estava previsto na LDO um repasse de 17,02% em cima da Receita Corrente Líquida - RCL, dividido nestes valores: TJ, 7,7%; Assembleia Legislativa, incluindo o Tribunal de Contas, 3,5%; Tribunal de Contas, 2,71%; e Ministério Público, 3,11%, o que dá o valor de 2 bilhões, 183 milhões de reais.

Para a LDO 2017, nós fizemos uma proposta de redução de 15% e utilizamos também uma parte do FETHAB, na lei do FETHAB há essa destinação para os Poderes. Dando o total de 1 bilhão, 855 milhões de reais, que é o 2 bilhões, 183 milhões de reais, de 2016, com uma redução de 15%. Então, logicamente, o percentual também reduz.

E a base de cálculo, RCL de 2016: 12,8 bilhões de reais, e a de 2017: 13,059 bilhões de reais. A base de cálculo do FETHAB, em que há esses percentuais para os Poderes no valor de 560,8 milhões de reais. Então, essa é a proposta para a LDO com uma redução de 15%.

Nós colocamos um gráfico, aqui, da evolução do duodécimo dos Poderes e, em baixo, estamos explicando que essa proposta de redução de 15% foi para chegar a um valor mais próximo a do de 2015. Então, como o Secretário Gustavo falou, em cima de toda essa dificuldade fiscal de conseguir colocar todas as despesas dentro da receita prevista que nós temos, então uma das opções seria reduzir o duodécimo dos Poderes para próximo a do de 2015.

E, aqui, esse é um quadro importante, pois mostra a situação que o Executivo vem enfrentando: a Fonte 100, que é uma fonte do Tesouro mesmo, financiada pelo ICMS, IPVA, nossos principais tributos, está extremamente vinculada e extremamente comprometida com diversos compromissos. Então, de uma fonte do Tesouro, da Fonte 100, de 6 bilhões, 690 milhões de reais... Aqui discriminamos todos os compromissos que temos. Então a Reserva de Contingência é 2%, que depois volta como 1% e outro 1% fica como emendas Parlamentares. O Projeto da LOA vai com 2%, mas volta com 1% para contingentes passivos e o outro 1% de emendas Parlamentares.

O repasse dos Poderes: 1 bilhão, 760 milhões de reais, que é essa parte só da Fonte 100 e a outra parte que completa: 1 bilhão, 855 milhões de reais, seria do FETHAB.

A UNEMAT tem uma emenda constitucional da Constituição Estadual que destina 2,4% da RCL à UNEMAT: 313 milhões de reais. A folha de pagamento do Poder Executivo, que é paga só com a Fonte 100: 3 bilhões, 443 milhões de reais. Serviços da dívida: 1 bilhão, 250 milhões de reais; PIS/PASEP, então, total de despesas rígidas/vinculadas financiadas com a Fonte 100: 7 bilhões, 208 milhões de reais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, aqui já mostra um déficit que temos. Então, a nossa Fonte 100 não consegue suprir todas as necessidades de vinculações, constitucionais ou não. Só aí você já vê a dificuldade que nós temos. E essa Fonte 100 deveria sobrar para nós destinarmos às unidades orçamentárias também, mas temos que fazer reversões de Fontes, que inclusive estão previstas na LDO para nós. Várias Secretarias têm Fontes próprias, arrecadação própria, então, com isso fazemos todo um trabalho, uma engenharia para conseguir arcar com todas as despesas.

Então, isso mostra bem a situação fiscal que o Estado vem enfrentando. Quanto mais vinculações, menos discricionariedade nós temos na Fonte 100.

A Reserva de Contingência, só para discriminar o cálculo dela... Em relação às Emendas Impositivas, que foi a Emenda Constitucional nº 69, que fala que 1% da RCL realizada no exercício anterior seria para programação das Emendas. Para 2017 nós usamos o exercício de 2016, portanto a RCL é projetada. Nós temos uma projeção em cima de 12 bilhões, 828 milhões para as emendas parlamentares de 2017. Há mais uma coisa, cada Deputado tem que atender os percentuais definidos na Emenda Constitucional nº 69, que também foram definidos lá. Então, 25% é para a área da educação; 12% é para a saúde; 6,5% é para a cultura e 6,5% é para o esporte. Portanto, cada Deputado em suas Emendas tem que respeitar esses percentuais.

Margem de expansão, a obrigatoriedade desse quadro foi inserida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de que nós não contraiamos despesas permanentes sem que nós tivéssemos fontes de financiamentos compatíveis para essas despesas. Então, ela mostra qual é a margem que nós temos, qual é o crescimento da Receita que financiará novas despesas permanentes.

Em nosso caso, a margem de 950 milhões de reais seria um crescimento da Receita Total Líquida de 2016 de 16 bilhões, 553 milhões de reais para 17 bilhões, 503 milhões de reais, essa é a previsão da Receita Total Líquida de 2017. Portanto, foi um aumento da Receita de 950 milhões de reais, e esse aumento pode financiar certas despesas que nós definirmos.

No caso, a Despesa de Pessoal teria um aumento de 710 milhões de reais, saindo de uma Despesa de Pessoal de 2016 de 9 bilhões, 200 milhões de reais indo para 2017 com 9 bilhões, 900 milhões de reais. Então, o aumento é de 710 milhões de reais.

A Dívida também que é uma despesa permanente, obrigatória. Então, no caso o Pessoal e Dívida são despesas obrigatórias que nós não temos discricionariedade sobre elas. A Dívida sai de 1 bilhão, 247 milhões de reais de 2016, para 1 bilhão, 381 milhões para 2017, uma expansão de 141 milhões.

A margem que teríamos para novas despesas, para a contratação de novas despesas, seria 98 milhões.

Só abrimos a questão dos investimentos para mostrar para vocês o que é que está previsto de investimento para o ano de 2017.

Operações de Crédito: 456 milhões. Como eu já disse antes, aí tem o PROCONCRETO 1; o PROCONCRETO 2; a pavimentação de rodovias também; as Transferências de Capital, que seriam convênios com o Governo Federal; o FETHAB: 746 milhões; a CIDE: 32 milhões, que é aquele valor do combustível, que é um valor pequeno; outras receitas basicamente de alienações: 5 milhões. Então temos previsto de investimento para 2017 1 bilhão, 391 milhões.

Aqui encerro a apresentação e vou responder o questionamento do Deputado Sebastião Rezende com relação ao art. 25 da LDO de 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

“**Art. 25** Fica o Poder Executivo autorizado a promover a abertura de créditos adicionais suplementares, com o objetivo de manter o equilíbrio da Lei Orçamentária de 2017, nas seguintes situações:

I - frustração de arrecadação de receita...

II - reversão financeira com base na Lei Complementar nº 360.”

Inserimos esse artigo por recomendação do Tribunal de Contas. É um procedimento novo que estamos fazendo por recomendação do Tribunal de Contas para garantir o equilíbrio orçamentário.

O que é que ocorria nos anos anteriores, Deputado? Para cada excesso de arrecadação que tínhamos, dávamos um crédito por excesso de arrecadação, um crédito suplementar por excesso de arrecadação.

Por exemplo, o FETHAB arrecadou mais, teve excesso de arrecadação, Fonte 131. Nós íamos à SINFRA; eles entravam com o crédito; nós calculávamos, verificávamos e dávamos o excesso de arrecadação da Fonte 131 para a SINFRA.

Para todos os excessos que ocorriam: Fonte 122, da educação; Fonte 120; Fonte 134, da saúde; a própria Fonte 100, fazíamos o crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação. Então a receita total líquida nossa só aumentava.

No caso de 2016, na nossa receita total líquida de 16 bilhões e 553 milhões, para cada excesso que dávamos, estávamos acrescentando a esses 16 bilhões e 553 milhões. Se houvesse 100 milhões de excesso, o total seria 16 bilhões e 653 milhões; mais 50 milhões de excesso, total de 16 bilhões e 700 milhões. Os excessos iam aumentando a nossa receita total líquida.

Por outro lado, temos diversas fontes que estão tendo frustração. Por exemplo, fontes de convênio. Têm várias Secretarias que fizeram a previsão da Fonte 161, de convênio com O Governo Federal, de 100 milhões, 250 milhões, 300 milhões, mas não conseguiram ter a realização desses convênios. Esses convênios não foram liberados. Os repasses não foram liberados pelo Governo Federal. A nossa maior dificuldade, vimos repetindo isso aqui, são as transferências correntes do Governo Federal e as transferências de capital, que estão frustrando.

Então as frustrações que tinham, em fontes de financiamento, fontes de convênio e fontes próprias: Fonte 248, Fonte 242, Fonte 240, Fontes próprias de algumas secretarias, nós não anulávamos. Portanto o excesso de arrecadação que aparecia no Estado era um excesso fictício, não era o excesso real, porque, quando eu passava a nossa receita, por causa dos excessos que a SEPLAN concedia para as secretarias, para 17 milhões, 17 milhões e 500 mil, na realidade, eu não tinha esse excesso.

Várias vezes ouvíamos o Estado reclamando da situação fiscal, da dificuldade de cumprir as obrigações e as despesas obrigatórias, da dificuldade de fazer repasse para as Secretarias. Mas as manchetes de jornais falavam: “Ah, o Estado está com excesso de arrecadação de 1 bilhão.” Se o Estado está com excesso de arrecadação, como é essa dificuldade?

Aquilo criava a ilusão de que estávamos numa situação melhor, quando, na verdade, não estávamos.

Então, por recomendação do Tribunal de Contas e com o apoio da Controladoria-Geral do Estado, que fez um parecer e nos deu toda a orientação para fazer esse procedimento, o que estamos fazendo agora? Damos o excesso para as fontes que têm excesso e anulamos as fontes que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

têm frustração. Isso, além de mostrar o real excesso ou queda na receita total líquida, que também pode acontecer, garante que não tenhamos um orçamento podre numa Secretaria.

Se eu deixo, digamos, a Secretaria de Segurança Pública, que tem a Fonte 248, com uma frustração e não anulo esse orçamento, tem o risco de a Secretaria fazer o empenho e se comprometer com algumas despesas. Mais para frente, ela descobrirá que a SEFAZ não passará esse financeiro, porque essa Fonte não realizou. Por causa de uma anulação que não foi feita, vou criando vários problemas: deixo um orçamento que não existe na Secretaria; a Secretaria firma contratos e se compromete com certas despesas com relação a uma receita que ela não terá; ela faz o empenho; quando ela vê que não receberá o financeiro, ela pode inscrever em resto a pagar, porque eu a deixei empenhar, uma vez que deixei o orçamento na Secretaria; ela faz uma inscrição em restos a pagar sem lastro financeiro.

Vejam quantas coisas, quantos problemas podem ocorrer com isso!

O instrumento que a SEPLAN tinha para não deixar isso acontecer era fazer o contingenciamento dessa Fonte que não estava realizando. Ao final do ano, não deixou empenhar, o orçamento não vira o ano. Pronto! Como se fosse economia orçamentária.

Mas a forma mais correta de fazer é essa que o Tribunal de Contas nos recomendou, a Controladoria nos orientou e estamos fazendo a partir deste ano. Você dá o excesso para as Fontes que tem o excesso e você anula as Fontes que têm frustração. Daí mantenho o equilíbrio orçamentário. O excesso que aparecerá na minha receita total é o real, é o que está ocorrendo mesmo.

Então mandamos a Mensagem nº 40 para alterar a LDO deste ano, que é para dar toda a segurança para o técnico que vem fazendo esse crédito fazer essa anulação, porque é um evento novo, não era fato antes.

Mandamos a Mensagem nº 40 para alterar a LDO de 2016, a LDO corrente, e na LDO de 2017 nós já incluímos um artigo. A partir de agora, as LDOs já vão incorporar esse procedimento, porque ele já está sacramentado. Já tem toda a orientação, a recomendação e o aval do Tribunal de Contas para, a partir de agora, fazermos dessa forma.

(O DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Ah, sim! O segundo item, que é a questão de reversão é que, pela Lei Complementar nº 360, a SEFAZ já faz a reversão financeira. É o mesmo princípio de a gestão orçamentária, de o Orçamento do Estado ser um orçamento real. O que acontecia? A SEFAZ fazia a reversão financeira e nós não mexíamos no orçamento. Então ela tirava de uma Fonte, com todas as previsões legais da Lei Complementar nº 360, fazia a reversão de uma Fonte, digamos, vamos dar um exemplo, da Fonte 240, e passava dessa Fonte 240 para a Fonte 100 para pagar dívida, para pagar pessoal. Então o financeiro da Fonte 100 aumentava, mas e o orçamentário? Estava na Fonte 240! Então continuava o desequilíbrio. O que estamos fazendo? A SEPLAN só está fazendo um ajuste em cima de uma ação que já vem sendo feita, que é a reversão, com base numa lei que está em vigor, que é a Lei Complementar nº 360.

Estamos só fazendo esse ajuste orçamentário.

Repetindo: a SEFAZ faz a reversão financeira da Fonte e, para ter o ajuste correto, o equilíbrio orçamentário, fazemos a mesma reversão no Orçamento. Vamos tirar aquele orçamento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

da Fonte 240 e vamos passar para a Fonte 100. Então orçamento e financeiro andam iguais, andam juntos, que é como deve ser. Não pode ter um financeiro sem orçamento ou vice-versa.

Então os dois incisos desse artigo são propriamente para dar equilíbrio orçamentário. É uma questão operacional, é uma questão de gestão e o mais correto a ser feito.

Respondido, Deputado?

O Sr. Zé Domingos Fraga - Beleza!

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Agora, devem ter vários questionamentos. Eu acho que as pessoas se inscreveram para fazer perguntas.

Posso passar para Vossa Excelência, Secretário?

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu quero agradecer à Secretária-Adjunta. Temos mais dois questionamentos, mas faremos no decorrer da Audiência Pública.

Gostaria de passar a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Jaime Osmar Rodrigues, Diretor-Financeiro do Sindojus-MT ...

O próximo inscrito é o Sr. Oscarlino Alves, Presidente do SISMA.

O SR. OSCARLINO ALVES - Primeiramente, cumprimento o Deputado que preside os trabalhos, Deputado Sebastião Rezende. Quero deixar registrado novamente que é sempre oportuno registrar que Vossa Excelência foi um dos Deputados que votaram a favor do pagamento da RGA dos servidores públicos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Cumprimento o Deputado Pedro Satélite; o Secretário de Estado de Planejamento, Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; a Secretária-Adjunta, Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna; o Secretário-Adjunto do Tesouro; a Promotora, que representa o Ministério Público, novamente, aqui; o futuro Presidente da Casa, Deputado Eduardo Botelho; o Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; e o Deputado Dr. Leonardo, que está sempre atuando nas situações da saúde.

Quero cumprimentar o público presente; senhores e senhores; técnicos que dão suporte; Secretário Adjunto, Dr. José Bussiki, e deixar registrado novamente que graças ao senhor que teve a coragem, naquele depoimento do vídeo, dizendo que as forças sindicais não estavam presentes na LOA, mas na LDO nós estávamos... Fato é que tinha previsão orçamentária para o pagamento da RGA em 2016 na LDO e na LOA, e as leis não foram cumpridas este ano. Também a Lei 8.278, que hoje disputamos, lá no Supremo Tribunal Federal, a legalidade e a regulamentação de uma lei que foi um avanço nosso e uma conquista desde 2004.

Nós estamos aqui humildemente para buscar alguns esclarecimentos, deixaremos a incumbência dos valorosos técnicos governamentais, auditores que têm todo esse conhecimento, os técnicos envolvidos no Fisco, na área de arrecadação, na área de planejamento para poder dizer algo para nós.

O que percebemos na apresentação dos números? Algo conflitante com a situação que vimos em todo momento, inclusive na fala do Governo, na mídia escrita, televisiva, nos *blogs* de notícias que o Estado está em franca expansão, produção recorde em cima de produção recorde. Dentro do Estado de Mato Grosso, percebemos que o número apresentado é uma retração do PIB estadual com relação a 1,9 percentuais. Eu gostaria de um esclarecimento a respeito desse número da retração do PIB em relação ao ano de 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Outra situação que eu gostaria de um esclarecimento também é com relação ao Fethab. Fethab que este ano apresenta uma novidade, houve uma revisão da Lei do Fethab, me foge o número da Lei, este ano, e o Fethab aparece aqui como receita corrente e depois se apresenta como receita de capital. Fato é que o Fethab passa a ser vinculado à receita oriunda do Fethab da arrecadação do diesel, ICMS do diesel, passa a ser repassado para os poderes para ajudar os poderes e não as políticas públicas do Poder Executivo: saúde, educação e segurança.

Então, dezenove centavos do Fethab, que se arrecada do diesel, passam a financiar as ações dos Poderes.

Poderes - quando falamos - é Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, novamente recordo-me, Deputado Sebastião Rezende, que novamente um dos maiores beneficiários dessa sistemática, dessa metodologia de cálculo da receita corrente líquida e do repasse do duodécimo aos Poderes que é o Tribunal de Justiça, eu não percebo a participação de representantes do Tribunal de Justiça nesta discussão, nesta apresentação, assim como nas outras Audiências Públicas que tratam do orçamento do Estado de Mato Grosso.

Um outro questionamento, que os próprios números mostram, e o próprio discurso do Governo - na palavra do Secretário de Planejamento, do Secretário de Fazenda - mostra é que não há como tirar coelho da cartola, não há como fazer mágica e que o Estado está numa crise, afundado numa crise, que é afetada pela crise nacional e tenho certeza que é afetada.

Em contrapartida, nós temos receitas correntes; a arrecadação própria cresce; o Estado produz mais; o Estado exporta mais; o Estado tem um custo social muito alto; exporta praticamente tudo o que é produzido dos grãos; porque escutamos dizer que a proporção da exportação é de 80% e 20% fica no mercado nacional; que 80% dessa arrecadação não paga nada em função de uma lei histórica, que é a Lei Kandir; não paga nada de ICMS, ou seja, o custo social para o Estado de Mato Grosso é altíssimo.

Se você produz às custas de devastação do solo mato-grossense, se você produz às custas do uso indiscriminado de agrotóxico, exporta e resolve um problema nacional do equilíbrio da balança comercial nacional e esse dinheiro gera divisas, essa produção gera divisas para o País e não na mesma proporção para o nosso Estado, porque o nosso Estado está refém dos repasses do FEX, que é um fundo de compensação em função desse sacrifício que o Estado de Mato Grosso faz... Nós gostaríamos de entender qual é a metodologia de cálculo.

Se não tem como tirar coelho da cartola, não tem como mudar essa sistemática, nós temos que fazer a recuperação. Os sonegadores têm que pagar mais, têm que pagar esses impostos. O agronegócio precisa, neste momento de crise, de contribuir com mais, porque só vemos a renúncia fiscal aumentando, nós não estamos vislumbrando soluções, o Estado, o Poder Executivo, que é autor do projeto, que é o órgão, inclusive, incumbido da arrecadação para poder fazer a distribuição desse bolo fiscal, nós não vemos uma iniciativa para diminuir essa renúncia fiscal.

No ano de 2016, nós tínhamos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado, previsto um um bilhão de reais - e aqui está escrito - de renúncia fiscal. Há poucos dias chegaram duas mensagens para tornar constitucional a Mensagem nº 54/2016 que trata do REFIS, que dezoito Deputados votaram a favor e sabemos que essa matéria é inconstitucional. Há duas mensagens na Casa, nºs 56 e 57, para tornar constitucional o REFIS que dá uma galopada, uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

acelerada e de um bilhão de reais vai para um bilhão e quatrocentos milhões de reais na Lei Orçamentária Anual - LOA, na Lei nº 10354. E, agora, no final do ano, tem uma solicitação do Poder Executivo que se aprove duas mensagens para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO vigente e a Lei Orçamentária vigente para tornar constitucional essa situação do REFIS.

Eu gostaria de uma explicação a respeito disso, também.

Este ano de um bilhão e setecentos milhões de reais, vemos a renúncia fiscal dando uma evoluída para dois bilhões e quatrocentos milhões de reais e gostaria de um esclarecimento, também.

No quadro, Secretária Adjunta, Roberta, na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, nós vemos uma previsão, uma margem de expansão nas despesas de pessoal total de setecentos e dez milhões de reais. Gostaríamos de um descritivo do que está previsto nesses setecentos e dez milhões de reais a memória de cálculo. Se a RGA do Poder Executivo está prevista nesses setecentos e dez milhões de reais, porque parece que tem uma previsão de 7% para a RGA do Poder Executivo, mas sempre foi histórico, sempre foi tradicional mostrar o quadro das despesas de pessoal de todos os Poderes, a evolução do quadro de despesa de pessoal, o percentual de avanço na Lei de Responsabilidade Fiscal que tem sido utilizada na nossa linguagem sindical como muleta para tolher os direitos trabalhistas que são previstos, inclusive, na Casa de Leis.

Então, precisamos saber se está previsto, porque temos, inclusive, um vídeo gravado em que o Governador dentro do Partido, do PSDB, na época da nossa luta pela RGA, diz que preferiu contratar policiais de que pagar a RGA do Poder Executivo. Quer dizer, tinha previsão orçamentária, tinha recurso, mas ele fez pelo seu poder discricionário a opção.

Ouvimos falar que não tem dinheiro para investimento, que não tem dinheiro para fazer concurso público, para pagar a nossa RGA, mas vemos edital de concurso na Procuradoria-Geral do Estado, vemos centenas de policiais sendo chamados e na mídia é contraditório. A mídia fala que não tem dinheiro para investimento, mas ouvimos falar na propaganda do Governo que cinquenta milhões de reais estão sendo investidos no Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá, excelente, ótimo; que trezentos milhões de reais foram investidos na Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, ótimo, mas precisamos de um esclarecimento dessa contradição, também. Não tem dinheiro para investimento, mas tem dinheiro para investir. Nós não entendemos essa lógica.

Seriam esses os esclarecimentos que gostaríamos de observar.

Tradicionalmente no projeto da LDO pela sistemática, pela metodologia, pela lógica, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que chegar nesta Casa no mês de abril, salvo engano; tem que ser discutida em Audiências Públicas com antecedência; tem que passar por um convencimento; tem que passar por uma discussão na Casa de Leis para dar as diretrizes, dar luz para a construção do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Este ano nós percebemos que o Projeto de Lei Orçamentária Anual já está na Casa, já está pronto. É uma peça pronta, ou seja, sem antes discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem aprovar, sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela chegou no dia 29 nesta Casa de Leis sem antes discutir, sem antes aprovar e gostaria, também, de um esclarecimento a respeito disso.

Muito obrigado!

Eram esses os esclarecimentos que gostaria de fazer. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

O Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira - Eu posso responder e nós caminhamos ou...

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Pois não.

Então, Vossa Excelência responde.

Com a palavra o Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - A fala do Presidente Oscarlino foi bem ampla e vamos tentar capturar aqui. Se faltar alguma coisa, por favor, Oscarlino, faça a observação. Pelo menos, eu tentei capturar todos os seus questionamentos.

Primeiro, o senhor perguntou sobre a previsão de crescimento do Estado.

No mês passado o comércio, por exemplo, teve uma queda de 20% no seu volume de negociação o que não reflete em 20% de queda de arrecadação, porque o comércio, nós sabemos, tem um modelo no Estado de antecipação tributária. Ele paga na entrada, não paga na saída, mas quatro segmentos já nos apresentaram números consolidados de segmentos importantes para arrecadação de ICMS com quedas entre 15 e 20%. São números dos setores e creio que qualquer um de nós aqui que visitar a loja de material de construção, que visitar a concessionária de automóvel vai, rapidamente perceberá que tem uma crise muito forte no Estado. Essa é a primeira observação.

O que tem sustentado a arrecadação do Estado, segundo números da própria Secretaria de Fazenda, são: os insumos, principalmente os utilizados no agronegócio, diesel, energia na agroindústria e na indústria e alguns outros componentes que, ainda, não foram afetados pela crise, mas obviamente o cenário é preocupante e precisamos acompanhar a receita, principalmente as receitas próprias do Estado que estão na nossa alçada.

O Governo tem feito o cancelamento de incentivos fiscais importantes e isso tem refletido em aumento de receita. Algumas reduções históricas de alíquotas para alguns segmentos que, à época, podem até ter se justificado, mas que, agora, não mais se justificam, estão sendo revistas. Então, o pessoal da receita, da equipe da Secretaria de Fazenda tem feito um trabalho muito consistente e isso foi visto nesta Casa, na semana passada, quando da apresentação dos números do 2º Quadrimestre deste ano. A Receita Tributária cresceu 15% graças a esse esforço.

Então, o Governo tem feito o trabalho de reconstituição, principalmente das receitas próprias, o que não tem sido suficiente para suprir a queda principalmente das transferências da União. Esses números são públicos, abertos. Acho que não precisamos ficar aqui debatendo isso, pois está sendo posto para toda a sociedade. Talvez, o que tenhamos que fazer é dar mais publicidade a esses números não só aqui, nas audiências públicas, mas, talvez, socializar isso mais e discutir com toda a sociedade.

O senhor falou da priorização de pessoal.

Nós temos uma trava legal que está descrita, artigos 21 e 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu estive aqui durante este ano e uma das cobranças mais fortes que o Fórum Sindical fez ao Governo foi da inexistência ou da falta de implantação do COGEP, que é o fórum para discussão das questões de pessoal do Estado. O COGEP está lá implantado. Já tivemos duas reuniões e a terceira virá.

Eu gostaria de devolver a provocação. Ao invés de simplesmente criticar a abordagem que o Executivo fez na Peça Orçamentária, eu gostaria de devolver isso ao Fórum Sindical e perguntar: qual é a proposta do Fórum Sindical para que nos enquadremos no limite da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Lei de Responsabilidade Fiscal? É mandar os 3.500 policiais que o Governo contratou embora? É essa a proposta?

Nós precisamos saber qual é a proposta!

(PARTICIPANTES FALAM FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Pois é!

Eu penso que é assim: poderíamos, ao invés de discutir isso verbalmente, de tentarmos colocar, a vocês que materializassem isso, realmente, numa proposta encaminhada ao COGEP para que possamos trabalhar.

(PARTICIPANTES FALAM FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Estamos esperando as propostas no COGEP, estamos debatendo lá. Está claro? Estamos prontos para receber as propostas.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - O senhor conclua, Secretário, daí passamos a palavra ao Oscarlino.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - É o Oscarlino que vai falar depois?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Sobre o FETHAB, o Governo apresentou uma proposta para a Assembleia Legislativa. Esse Projeto de Lei foi aprovado e dentro do que foi aprovado foi construída a peça orçamentária.

Agora, se nós vamos ter outro entendimento de que o FETHAB compõe a RCL, mas está imune ao duodécimo, aos percentuais do duodécimo ou não, o fórum para debater isso é aqui na Assembleia Legislativa.

Sobre o encaminhamento da LOA sem apreciação da LDO, nós tínhamos um prazo, que era 30 de setembro. No dia 30 de setembro a Assembleia Legislativa estava em recesso por conta das eleições municipais. Nós, no final do dia 29 de setembro, aguardamos até o último momento possível e protocolamos a LOA sem a discussão da LDO, porque tínhamos um prazo legal para fazer isso.

Agora, a Assembleia Legislativa tem que marcar as audiências e acho que não nos cabe discutir os motivos porque isso não aconteceu, mas nós cumrimos tanto o prazo legal da LDO quanto o da LOA.

Sobre o detalhamento da margem de expansão, vamos trazer isso na próxima Audiência Pública, na quinta-feira. Nós vamos trazer esse detalhamento dos 710 milhões da margem de expansão. Mas de maneira antecipada, eu já lhe digo, dentro dessa margem tem 470 milhões quase previstos para a RGA 2017, o que não nos levará ao limite dos 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, isso precisa ser dito claramente, acho que os números mostram.

Eu aqui não quero atribuir culpa a ninguém, mas a verdade é que o conjunto do ICMS arrecadado em todo Estado de Mato Grosso não é suficiente para fazer frente à despesa de pessoal do conjunto dos Poderes. Isso é um fato. Jogar a culpa no servidor é muito fácil. Não é culpa do servidor que fez o concurso, que fez a sua programação de vida, que tem a Lei de Carreira aprovada. Jogar a culpa na crise, que realmente é um fator agravante, a combinação de inflação alta com crescimento econômico baixo é destruidora para esse modelo que está aí proposto de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

orçamento, ela arrebenta os orçamentos públicos e a maior prova disso é que nós temos mais de vinte Estados já com programas para fazer frente aos seus compromissos e isso é público.

Os Governadores têm feito romarias a Brasília para tentar buscar soluções emergenciais para o problema da crise. É a maior prova disso. Se nós tivéssemos um dos Estados com problemas, podia-se dizer facilmente: “Não, o problema de gestão é daquele Estado. Isso aí foi uma coisa pontual. O Rio de Janeiro perdeu os *royalties* do petróleo. O Rio Grande do Sul há muito tempo tem problema fiscal.”

Quando se tem um conjunto de vinte Estados, isso deixa claro que é um problema sistêmico e nós temos que debater qual é a saída para isso. É parar de desonerar a exportação? Não sei. Não está ao nosso alcance. Mas nós temos que debater isso.

Até pontuando, você disse que 20% da produção agropecuária ficam aqui. Esses números foram atualizados pela Secretaria de Estado de Fazenda, já são 26% com tendência de crescimento, quer dizer, a industrialização está acontecendo e parte do acontecimento dessa industrialização, com uma das maiores tarifas de energia elétrica, com uma das maiores alíquotas de energia e de óleo diesel do Brasil, acontece por conta de um modelo de incentivos. Estabelecer o que está sendo rediscutido.

O Governo pretende encaminhar este ano um novo projeto, que é o Invest MT. Ele volta àquela lógica de incentivos setoriais e não mais como PRODEIC, um incentivo global para todo mundo. Mas nós, também, temos que discutir como é que faremos o desenvolvimento de uma região que tem pouca mão de obra disponível, que quase não tem infraestrutura, que tem dificuldade de qualificação e, infelizmente, não está perto de um grande centro consumidor, tem um custo logístico altíssimo. Qual é o modelo de desenvolvimento da sociedade que nós queremos?

Esta Casa de Leis também tem sido aberta a todas essas discussões.

O fato é, senhores, que a causa dessa crise não está aqui. Algumas causas podem ter contribuído para isso, mas nós temos que buscar aqui a solução para essa crise, uma solução que passe por algumas medidas emergenciais e pontuais para que possamos superar esse período mais agudo da crise. Mas se não tivermos mudanças estruturais, vai chegar FEX, vai chegar apoio emergencial aos Estados e daqui há seis, oito meses nós estamos de novo com a crise batendo a nossa porta.

É isso que temos que discutir e temos que discutir como sociedade. Neste momento não adianta o Executivo pensar só nele, a Assembleia Legislativa pensar só nela, cada um dos Poderes pensar só em si, os servidores legitimamente pensarem só na sua situação e nós não resolvermos o problema com mudanças estruturais que precisamos fazer. Esse talvez seja o principal ponto.

Por último, a questão das renunciáveis fiscais.

Dados atualizados da Secretaria de Estado de Fazenda.

Com o REFIS e o projeto de revisão da Renúncia Fiscal é necessário para que o REFIS possa ter a sua implementação avançada.

Neste mês nós já temos mais de 30 milhões a mais nos cofres do Tesouro oriundos de empresas que com toda essa dificuldade financeira, com toda essa dificuldade de mercado, aderiram ao REFIS e depositaram mais de 30 milhões nos cofres do Tesouro Estadual e tem um parcelamento que nos permite uma programação de recuperação desses créditos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Virar as costas para isso é virar as costas para o maior problema que é a falta de recursos no Tesouro Estadual hoje. Eu acho que é isso que nós temos que discutir aqui com responsabilidade.

E olha, de novo, essa crise não foi causada por nenhum de nós aqui. Ela se apresentou e nós temos que ter capacidade para buscar soluções para sair dela. Por isso, digo: nós aguardamos propostas. Eu acho que não temos mais que ficar debatendo o passado, é culpa de quem ou o que é. Qual é a solução daqui para frente?

Nós contamos muito com o Fórum Sindical para isso, porque se tivermos que fazer escolhas unilaterais do Executivo, isso não vai agradar toda sociedade. Nós precisamos debater isso com a Assembleia Legislativa, com o Fórum Sindical, com o conjunto da sociedade e tomar as medidas possíveis para enfrentar essa crise.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - O Deputado Eduardo Botelho quer fazer só uma consideração, em seguida passaremos a palavra ao Sr. Luiz.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Eu acho que nós temos muitos pontos concordantes até com a proposta dos Sindicatos, um deles é essa questão da dependência que nós vivemos totalmente do FEX. Não é cabível um Estado igual ao nosso, que contribui muito para a balança comercial, ficar nessa dependência. Parece que estamos lá mendigando para que eles passem o FEX. Essa é uma discussão que vamos ter que travar aqui.

Infelizmente, Secretário Gustavo, eu entendo que essa é uma discussão. Eu estava conversando ontem com o Governador de Goiás, Marconi Perillo, e ele quer chamar para essa discussão, porque o que estamos sofrendo aqui, eles, também, estão sofrendo lá. Ele também entende que não é cabível nós contribuirmos com tanto e depois ficarmos lá com o pires nas mãos, parece que estamos mendigando.

Então, nós temos essa concordância e temos que travar essa discussão. Vou chamar essa discussão em breve para acharmos uma solução.

Também quero fazer um apelo aos senhores do Sindicato para que entendam o seguinte: não vamos tratar essa situação hoje de crise com vocês pensando que estamos em um cabo de guerra, com vocês puxando para lá e o outro puxando para cá. A crise chegou de fato aqui, nós precisamos resolver isso todos juntos. Nós queremos ouvir sugestões, queremos trabalhar juntos, não vamos fazer acusações de nada, disso ou daquilo, e nem voltar ao passado. É como o Secretário Gustavo falou, vamos trabalhar daqui para frente.

Em relação ao atraso na apresentação, eu quero dizer a vocês que isso aí não vai prejudicar em nada ano que vem. Ano passado foi feito tudo dentro do prazo e o planejamento se mostrou muito errado.

Então, chegando mais próximo do final do ano, nós vamos ter uma realidade maior do que é que está por vir no ano que vem. Isso talvez nos facilita fazer um planejamento mais próximo da realidade.

Encerrando, eu quero apenas chamar Vossa Excelência, Gustavo, porque nós temos aí 82 emendas, nós temos uma discussão sobre disso e nós vamos precisar de uma participação muito grande dos técnicos em cima disso.

Em relação à ausência do Tribunal de Justiça, nós montamos uma Comissão entre técnicos da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Contas e do Governo e eles estão todos trabalhando juntos, nenhum Poder foi excluído dessa discussão.

Era só essa a observação que eu queria fazer.

Muito obrigado, Deputado Sebastião Rezende.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu quero passar a palavra ao Luiz, para ele fazer as considerações focados na LDO, nos pontos da LDO e, obviamente, alguma consideração que faltou ser feita pelo Oscarlino. Você terá a oportunidade agora, Luiz.

O SR. LUIZ WANDERLEI DOS SANTOS - Muito obrigado.

Secretário Gustavo Oliveira, como membro do Fórum Sindical participante no COGEP, eu gostaria de colocar em relação ao que o senhor afirmou. Nós tivemos realmente duas reuniões do COGEP, uma delas para implantação do COGEP e a outra para tratar exclusivamente da questão de concursos públicos.

Eu até concordo com vocês, não vamos ficar discutindo o passado, não vamos ficar remoendo o passado, mas nós precisamos olhar para o passado para poder enxergar o que vai ser feito no futuro. É obvio que se perguntarem para qualquer uma das pessoas que estão aqui, nós vamos considerar que é importante para o Estado de Mato Grosso o aumento do efetivo policial para aumentar a segurança. Não temos dúvida nenhuma disso, nenhum membro sindical discorda disso. Agora, fazer isso no momento em que se fala que não se tem dinheiro para pagar o próprio servidor, é uma incoerência muito grande.

Aí, Secretário, eu gostaria de lembrar a última reunião que nós discutimos os concursos públicos e nós sabíamos que tem “n” carreiras que necessitam de quadro urgente. Nós chegamos a refletir nessa mesma reunião por meio de dados apresentados pela SEGES, que tem carreiras que inviabilizarão nesses próximos dois anos, devido ao número de aposentados que terá durante esse período.

Chegamos à conclusão de que precisaríamos realizar alguns concursos, sim, e que precisaríamos dar continuidade nisso. Mas, sabemos e foi falado, quase que como consenso dentro dos membros do COGEP, que deveríamos segurar um pouquinho a segurança pública para que a máquina pudesse funcionar. Isso nós chegamos à conclusão que iríamos apontar isso para o Governador como sugestão, que revisse o quantitativo de vagas solicitadas pela segurança pública, não que não sejam essenciais, mas porque senão iríamos inviabilizar as demais carreiras entre elas, a área meio das secretarias que compõem o Centro Político.

Bom, para a minha surpresa, no outro dia, depois de termos todo esse encaminhamento, eu ouço uma entrevista com o governador do Estado e ele garante, aquele número de vagas que nós precisaríamos rever, ele garante no outro dia em uma entrevista. Ou seja, discutimos, passamos umas três horas buscando com a Procuradoria Geral do Estado, falando sobre isso, qual o problema, como resolver, nos colocando à disposição, “precisamos ver como é que fazemos esses números aqui e precisamos de mais uma reunião disso”, vai o Chefe do Executivo no outro dia... O que adiantou nossa reunião?

Então, o que eu falo é o seguinte: precisamos de planejamento? Precisamos. Mas, precisamos que o gestor maior olhe para esse planejamento antes de fazer qualquer coisa, porque... Vamos colocar, se vamos chamar mais dois mil e quinhentos policiais, conforme o nosso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Governador colocou na entrevista. Precisamos? Precisamos, todo mundo sabe disso, mas não é só a Segurança.

Mas, como ficam as Secretarias para gerenciarem esses dois mil e quinhentos policiais, dar condições para que eles possam estar nas ruas? É isso que nós discutimos lá no COGEP e precisamos voltar a discutir. Eu vejo isso com muita preocupação. Se não temos dinheiro para conceder o mínimo de condições de trabalho para os demais trabalhadores, como é que vai colocar mais trabalhadores? É essa preocupação que nós temos, o Fórum Sindical está colocando, está à disposição.

Falar que não fizemos proposições... Durante a greve, fizemos várias proposições. É claro que irá passar, sabemos irremediavelmente que para resolver a situação financeira, a receita corrente líquida da vinculação aos 49%, só existe uma maneira: aumentar a receita. E nós apontamos durante a greve, depois da greve, algumas situações que podem aumentar essa receita. Mas infelizmente, assim como o Governo Federal, o Governo do Estado de Mato Grosso prefere ir para cima do trabalhador, pode vir em cima de quem pode pagar por isso.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Vou voltar a palavra ao Oscarlino, até porque o Secretário fez a explanação. E se eventualmente tenha ficado algo sem resposta, Sr. Oscarlino, do questionamento sobre a LDO, o senhor tem a oportunidade.

O SR. OSCARLINO ALVES - Ao contrário do que foi dito, acho que é o momento propício de fazermos, travarmos algumas discussões, até porque é um pouco contraditório, eu conheço um pouco o Secretário de Planejamento, um cara sempre elegante, educado, sempre nos atendeu muito bem, mas é um pouco contraditória a fala com relação a que aqui não tem nenhum culpado. A todo momento, o Secretário de Fazenda vai à imprensa e diz que o culpado de tudo que está acontecendo no pela precariedade Estado é o servidor público e a sua folha de pagamento do Poder Executivo, como se só nós do Poder Executivo fossemos servidores públicos. Então, é inconcebível para nós! É inconcebível nós olharmos, por exemplo, um quadro de parâmetros de repasses aos Poderes. Nós não somos contra os Poderes, nós não somos contra o conforto, contra o orçamento que tem recursos para poder aplicar, não tem uma atribuição dentro do Estado. O Estado é muito amplo! São os Poderes constituídos, a sociedade civil organizada e o Poder Executivo executando as ações.

Então, o que acontece hoje? Nós já apresentamos as soluções. Existem soluções, sim, para os problemas. O Governo aponta que hoje tem um *déficit* de 1 bilhão de reais para fechar as contas do Estado este ano. Sobra 1 bilhão de reais aos cofres dos poderes agora. No primeiro quadrimestre tivemos nas audiências públicas. O Governo apresentou a conta aqui sobrando 1 bilhão de reais nos Poderes, mais de 500 milhões no Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça está com as obras de expansão dos Fóruns, construção, reforma, compra de mobiliário, insumos. Os trabalhadores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Assembleia Legislativa trabalham no amplo conforto e em um ambiente salubre. Nós estamos cansados de sermos responsabilizados de culpados por esse ônus, por esse sucateamento da máquina pública, sucateamento das escolas, sucateamento das unidades públicas de saúde, sucateamento das delegacias, sucateamento de tudo! E o que nós vemos, uma prova cabal, não precisa sair daqui, na porta da Assembleia Legislativa há 05

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

ambulâncias com o adesivo do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa e do SUS. Esse dinheiro não pode estar aqui.

A atribuição da Assembleia Legislativa não é comprar ambulância para a saúde. O dinheiro, a fatia, os recursos têm que ser distribuídos de forma igualitária. Quem tem que contribuir? É sentar os entes, não é para mudar a sistemática...

Os duodécimos são legais, mas se sobra dinheiro aqui de um bilhão e o déficit para cobrir as despesas do Poder Executivo é de um bilhão... Nós precisamos ter a participação, a parcimônia, sentar quem precisa ser tributado... Porque o próprio Secretário disse que o comércio tem uma retração de 20%.

O recurso da nossa RGA que supre, que alimenta o comércio do Estado de Mato Grosso não retroalimentou o comércio. A falta do pagamento da nossa RGA, que estava prevista, não retroalimentou e tem uma grande contribuição nesse déficit.

Hoje não é o agronegócio que gera emprego e que está pagando as altas taxas de energia. Quem paga é o cidadão! Olhe a sua conta de energia, água, luz, telefone e tudo o que vocês compram de serviços. Os senhores verão a carga tributária que está embutida nos produtos e serviços que os senhores pagam. Quem está pagando a conta somos nós. Nós queremos justiça! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) – Agora, passo a palavra ao Sr. Edmundo Cícero Leite, representante do Sinpaig.

Eu quero deixar aqui mais uma vez dito, Sr. Oscarlino, para todos os membros do Fórum Sindical, para os Presidentes dos Sindicatos... A oportunidade de auxiliar com apresentação de Emendas. É importante dar uma olhada nas Emendas que já foram propostas, nós já temos 82 Emendas. Se estiver contemplado aqui, ótimo! Caso não esteja, apresentem essas sugestões, é importante. Nós estamos aqui para essa discussão mesmo, para a contribuição.

Com a palavra, o Sr. Edmundo Cícero Leite.

O SR. EDMUNDO CÍCERO LEITE – Bom dia a todos.

Em nome do nosso Deputado Sebastião Rezende, eu quero cumprimentar a Mesa; os técnicos que compuseram a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu só quero colocar aqui, Secretário Gustavo Oliveira e Secretária-Adjunta Roberta Penna, que o Fórum Sindical tem contribuído muito para a equalização dessa crise aqui no Estado de Mato Grosso.

Como o nosso companheiro Oscarlino acabou de colocar, é muito fácil jogar a culpa em cima do servidor público. E esse servidor público que eles querem falar é somente aqueles que carregam o piano para o Estado de Mato Grosso, que são os servidores do Executivo. Realmente essa queda, que o senhor apontou aí, que alguns segmentos do comércio sofreram neste ano e vai sofrer ainda mais, foi exatamente a falta de recomposição do nosso salário, do pagamento da RGA-Revisão Geral Anual.

Eu tive acesso a uma Nota Técnica da Controladoria Geral do Estado dizendo que o Estado, além de passar excesso de arrecadação para os Poderes, ainda continua pagando os aposentados da Assembleia Legislativa, por conseguinte os lá do Tribunal de Contas. Isso aí é uma soma considerável. Dá 140 milhões de reais no ano de 2015. Se pegar 140 milhões na receita de 16 bilhões, dá 2%, que altera a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal e passa para 51%, como o Governo apresentou, como o companheiro José Bussiki falou também, que nós estávamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

estourados. Mas se tirar esse excesso do excesso que passa para os Poderes... E nós apresentamos isso nas nossas greves, nas nossas discussões aqui dentro da Assembleia Legislativa, o Governo precisa ter coragem, companheiro, de cortar esse tipo de benefício.

Não tirar, somente tirar os excessos, não é só da Assembleia Legislativa, mas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público. Como o Oscarlino falou e eu concordo plenamente, você entra no Ministério Público, você pensa que está entrando lá nos Estados Unidos, um excelente clima para trabalhar. Agora, entra na Secretaria de Saúde, entra aqui na SES, na Perícia Médica do Estado de Mato Grosso – nós já denunciemos isso –, o cara entra para fazer uma perícia porque está doente, ele sai duas vezes doente. É verdade! É perigoso ser eletrocutado! Nós já apresentamos isso e o pessoal não consegue fazer uma recuperação e dar condições para o servidor trabalhar.

Agora mesmo eu estava solicitando uma audiência com o Secretário Júlio Modesto para definirmos algumas diretrizes, nossos processos estão todos emperrados dentro das Secretarias, não anda nada. Quem tem direito para receber, o servidor não recebe. O cara morre e deixa para o neto, para o bisneto e acaba não recebendo.

É como o senhor falou, não é culpa do senhor, não é culpa desta Legislatura, mas, como Luiz Wanderlei colocou aí, não podemos deixar o passado para trás, nós temos que ver onde estão os erros.

Eu gostei de algumas colocações da Dr^a Roberta de realmente fazer as coisas como devem ser feitas. Já passaram dois anos para poder corrigir! No ano passado o orçamento foi nosso, deste governo que está aí. Então, porque não alocaram todos os requisitos que estão sendo propostos agora nesta lei orçamentária? Então, o que está acontecendo...

O Fórum Sindical não está vendo só o umbigo do servidor público. Nós estamos trabalhando para a sociedade de Mato Grosso e vamos continuar batendo duro e apresentando. Tem lá o agronegócio, nós colocamos, é simples, é fácil. O agronegócio tem que contribuir mais com o Estado, porque está acabando com o nosso meio ambiente, está acabando com a saúde dos habitantes do Estado de Mato Grosso, com os defensivos agrícolas em excesso, quer só tirar dinheiro e mandar para fora.

Eu até fiz uma proposta de fazer o seguinte: transformar toda essa produção em saca de 60 quilos, em commodities, e pagar R\$ 1 ou R\$ 2 por saca e ver o quanto entra nos cofres de Mato Grosso. Resolve o problema, pelo menos, da folha de pagamento. Então, é falta de vontade, desculpe falar. Nós apresentamos os problemas e o pessoal não quer vê-los da forma que tem que ser visto. É isso que eu queria colocar.

Eu queria saber também se já está previsto nessa LDO esse plano de expansão, como a senhora irá mandar a memória de cálculo, além dos 7,5% da inflação deste ano, a que já está previsto em lei que foi aprovado, do parcelamento... Já está garantido isso aí? Então, nós queremos ver essa memória de cálculo.

Eu queria colocar que o Fórum Sindical sempre foi a favor da sociedade, querendo trabalhar junto, porém queremos ser ouvidos antes da coisa acontecer. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu quero agradecer as palavras do Sr. Edmundo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Quero registrar a presença do Dr. Arnaldo Justino da Silva, nosso amigo, Promotor de Justiça, Secretário Geral do Gabinete do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Depois se o Ministério Público quiser fazer uso da palavra, terá a oportunidade.

Passo a palavra, ao James Jaudy, Presidente da ASSAGER.

O SR. JAMES JAUDY – Bom dia a todos! Bom dia, Secretários, Secretárias, Deputados, senhoras e senhores.

Serei bem sucinto na minha fala. O Secretário Gustavo disse qual era a colaboração do fórum sindical para com o Governo, mas quero deixar claro o seguinte: o fórum tem contribuído de muitas maneiras, por meio de diálogos, reuniões e, principalmente, por meio de um instrumento que temos, que são as notas públicas, que geralmente publicamos em jornais e entregamos para as autoridades.

Inclusive, entregamos, no dia 06 de maio deste ano, na mão do Sr. Governador, no auditório da SEGES - Secretaria de Gestão, um documento, uma nota pública dando algumas sugestões, como, por exemplo, a taxaçoão do agronegócio, a questão dos incentivos fiscais, dentre outras. Esse documento foi entregue em mãos ao Governador. Temos isso gravado. Isso está em vídeo.

Quero deixar claro - talvez o senhor desconheça isso -, que é uma forma de o fórum sindical contribuir para com o Governo e para com a sociedade. Vou plagiar a fala do nosso Deputado: não estamos aqui procurando uma guerra, pelo contrário, estamos aqui para contribuir, porque fazemos parte do Estado de Mato Grosso. Nós não somos Governo, mas somos Estado e sempre estaremos aqui. Talvez, as pessoas que mais querem bem ao Estado de Mato Grosso somos nós, servidores. Quero deixar bem claro, porque o senhor perguntou: “qual é a contribuição?” A contribuição é essa. Está bom? Nós fizemos e, se o senhor não as tiver, na quinta-feira, trago todas as notas públicas para o senhor ter em mãos o que sugerimos ao Governo.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Sr. James, o que eu quis dizer foi o seguinte: efetivamente, caminha-se para o estouro do limite de pessoal. As medidas para aumento de receita, todos nós sabemos, demoram um tempo até surtirem efeito...

O SR. JAMES JAUDY - Concordo.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Até lá, qual a medida prática? Penso que é isto o que precisamos debater, o que fazer para enquadrar nos 49% até lá.

Eu sei que o conjunto de outros Estados, cada um adotou uma medida diferente. Creio que vocês têm contato com outros Estados para entender quais são essas medidas.

A provocação que eu fiz não foi dizendo que o fórum não tem feito nada. A provocação que eu fiz ao fórum, à Assembleia Legislativa e aos demais Poderes foi assim: “Não tem jeito. A crise está aí.”. Nós temos que olhar para trás para aprender com os erros? Sim. Mas temos que resolver a crise daqui para frente. Não podemos, neste momento, ficar só olhando para trás e lamentando o que foi feito. Temos que tomar medidas daqui para frente para garantir isso.

O senhor fala da Receita. O pessoal da Receita está aqui. O Secretário-Adjunto Último está ao seu lado. Ele tem visto o esforço para fazer a Receita crescer. Não é fácil! O ambiente empresarial não está bem. A perspectiva de arrecadação com o REFIS era muito maior e foi só de 30 milhões neste mês, porque as empresas, simplesmente, não têm caixa nem para dar entrada. Tem muita empresa que está em conta corrente, está inadimplente, precisa da certidão fiscal, mas o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

empresário está fazendo conta e, se ele der a entrada no REFIS, ele não tem dinheiro para pagar a folha do final do mês. Isso agrava a crise.

Então, a provocação que fiz, em momento algum, foi desmerecendo as contribuições que o fórum e os sindicatos têm feito até agora. É o contrário! Eu acho que temos que acelerar essa agenda e implementar medidas, dando o exemplo aqui em Mato Grosso. Foi isso o que eu quis dizer. Em conjunto, a Assembleia Legislativa, o fórum e o Governo têm que buscar essa saída, juntos! Não tem saída possível, se não acharmos isso em conjunto. Foi isso o que me dispus a provocar.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. James.

O SR. JAMES JAUDY - Obrigado, Deputado.

Secretário, em nome do fórum, queremos deixar claro que estamos aqui para colaborar.

Agora, Vossa Excelência deve concordar comigo que, para se ter um resultado final, tem que ter um início. O que o fórum está fazendo é tentar ajustar o que estamos percebendo que está errado ou está em rota de colisão com o destino do Governo. O que o fórum está fazendo é tentar ajudar.

Quem toma as decisões no Estado e no Governo é o Governador. No caso, não vamos falar do passado, como Vossa Excelência falou, mas a culpa é de decisões errôneas tomadas no passado. É isso que nós queremos dizer.

Eu quero deixar bem claro que estamos aqui dispostos a auxiliar Vossas Excelências no que for uma tomada correta de decisões. Certo?

Muito obrigado, senhores e senhoras. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social - SINDIS.

O Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira - Presidente, eu posso me ausentar por dois minutos só para atender a imprensa?

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Pois não, Secretário.

O SR. ADOLFO GRASSI DE OLIVEIRA - Bom dia a todos.

Deputado Sebastião Rezende, que preside os trabalhos, nesta oportunidade quero agradecer-lhe a atitude, quando da votação da nossa RGA. Vossa Excelência se posicionou a favor dos servidores - muito obrigado - juntamente com outros Deputados desta Casa.

E quero cumprimentar o Deputado Pedro Satélite; o Secretário de Planejamento, Gustavo de Oliveira, que, por um momento, se ausentou; a Secretária-adjunta Roberta Penna, por sua explanação; os Secretários; os servidores; e, especialmente, os Presidentes de sindicatos que se fazem presentes nesta oportunidade.

Este é um momento ímpar, Deputado Sebastião Rezende, porque, desde os primórdios da humanidade, sempre quem paga a conta, de crise em crise, é a classe trabalhadora. Aqui não está sendo diferente. Então temos que trazer para o Parlamento, que é a Casa Leis que tem a função primária de fazer as nossas leis, e botar um basta.

Neste momento, não estamos aqui para criticar os números, nem estamos aqui para falar da colocação do Secretário de Planejamento em relação ao fórum. O Fórum tem trabalhado,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

todos nós temos trabalhado de forma incansável em todas as oportunidades. O que se vê aqui no Estado é um Governador que não escuta o fórum. Ultimamente, ele assumiu publicamente que conversaria com o fórum, mas ele nem nos recebe. Como vai haver diálogo, se o Chefe maior do Estado não tem essa tratativa com seu principal patrimônio, que são os servidores do Estado? Ele tem algumas incoerências, ele tem algumas atitudes com as quais não concordamos. Isso é público.

Quero também, Oscarlino, parabenizá-lo por sua explanação. Com muita propriedade, você colocou aqui a vontade de todos nós, presidentes de sindicatos.

E parabenizar a colocação do professor da UNEMAT, Professor Wanderlei; do James; e do Edmundo, esses que nos antecederam aqui em suas falas.

Deputado, o que se vê aqui não é falta de proposta, não é falta de participação do fórum. Lá no COGEP-Conselho de Política de Gestão de Pessoas, temos uma pessoa, que é o professor Wanderlei. Aí tem o Adjunto. Eles me elegerem, mas nem sei se ele está no COGEP, porque eu sou Adjunto lá do COGEP, não sei se já fui substituído, tenho que conferir isso depois. Mas nós não temos ação nem no COGEP nem em lugar nenhum. O que se vê é que o Governador impõe, igual ele está impondo esse projeto da LDO. Mas ele deveria sim, como já foi colocado com muita propriedade pelo Oscarlino, estar tratado com toda a sociedade, não só com os servidores.

Para eu não me alongar muito no assunto, eu me sinto contemplado, Deputado, com a fala dos colegas. Esperamos que esses esclarecimentos sejam trazidos para o bojo da lei. Tudo o que foi colocado pelos nossos colegas Presidentes de Sindicatos, porque defendemos os servidores, é lógico que a sociedade não é só servidores, mas defendemos os servidores, aqui falamos em nome dos servidores e não podemos perder esta oportunidade.

O que percebemos de tudo isso, da nossa fala e da fala dos Presidentes de Sindicatos, é que nós não somos ouvidos e não somos ouvidos aqui na LDO - quer dizer - estamos sendo ouvidos nesta Audiência Pública. Eu estou falando enquanto resultado final. A professora e Secretária Adjunta Roberta, para que pudéssemos discriminar, porque existem promotores de justiça, muitos advogados e o nosso Governador é uma pessoa de notório saber jurídico... Só que quando ele assumiu o governo do Estado ele está fazendo tudo inverso.

Porque a Carta Maior deste País, Deputado, e todos nós temos conhecimento ainda que não sejamos advogados, eu irei ler, peço vênias para fazer uma leitura rápida só do parágrafo, tudo nasce da Lei Maior, o seu art. 37, que trata dos servidores, inciso X, ele fala, Deputado: “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.”

O nosso Governador, que conhece isso aqui, porque ele é um constitucionalista, conhece melhor do que todos nós, isso aqui é a Carta Maior. O que eu quero dizer? Se você for pela Lei de Responsabilidade, citada pelo Secretário de Planejamento que não está na mesa agora, mas está dando entrevista... Infelizmente, eu não sei a formação dele, mas ele tem um *staff* jurídico e a lei que ele citou, a Lei de Responsabilidade, art. 21 e 22 fala assim: “ressalvadas...”...certo? Eu vou ler só o inciso, art. 22, que fala da concessão de vantagens:

“Art. 22 A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.”

E aí vem o inciso I:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

“I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;”

Qual é o nosso entendimento, Sr. Deputado e Secretária-Adjunta Roberta, que ficará aqui o nosso esclarecimento? A lei maior do país, como é a Lei de Responsabilidade a qual as nossas autoridades e o nosso Governador remetem dizendo que não podem dar é um engodo à fala. Por quê? Aqui autoriza que o aumento da RGA não entra para efeito desse cálculo. E aqui, todos - o Secretário Bussiki, que teve na oportunidade anterior e todas as pessoas que vem de lá - vem só com essa ótica que entra... Então, significa, Secretária Roberta, se setecentos e poucos milhões gastos com pessoal, nós temos que saber... Porque se for na RGA, ele não entra. Isso daí o Estado tem o 1º, o 2º e o 3º quadrimestre para acertar o seu orçamento. Ele pode de quadrimestre em quadrimestre e não afeta a administração, ou seja, a gestão, para efeito de empréstimo, igual tem sido noticiado pela imprensa.

Então, existem muitas incoerências, Deputado, e eu vou ficar por aqui, porque essas aqui aliadas à falta de coragem... Porque o nosso Governador foi eleito talvez com o apoio - vou dizer, talvez - porque eu não tenho medo de processo. Foi eleito com o apoio do agronegócio, então ele não tem coragem para enfrentar o agronegócio. Porque o agronegócio resolveria a situação e nós não podemos, como foi colocado pelo nosso Presidente Oscarlino, pagar a conta. (PALMAS)

Nesse custo social tem que ser distribuído o bolo, Secretária-Adjunta. Secretário de Planejamento, tem que ter coragem para enfrentar. E o Governador tem que ter coragem para enfrentar o agronegócio. Se enfrentar o agronegócio está resolvido, Secretário de Planejamento! A proposta do fórum está resolvida, porque teremos um incremento, com certeza, e aqui foi colocada nessa mesa de 20% da soja e dos produtos que são produzidos, se paga 2,5%, 2% e pouco, mas ele tem que pagar a cota que todos pagam.

Deputado Sebastião Rezende, eu vim para este Estado quando criança e lá em Lucas do Rio Verde, na cidade de Lucas do Rio Verde, o 9º BEC estava assentado ali, nós passávamos o Rio Verde em cima de tambor e o exército estava fazendo até lá em Peixoto de Azevedo. Quando eu vim para este Estado, no eixo produtivo não existia um só pé de qualquer tipo de plantação. Eu quero dizer que essa produção, essas pessoas que vieram para cá - isso há mais de quarenta anos, eu ainda era uma criança - essas pessoas ficaram ricas e agora elas têm que vir e contribuir. Não podemos nós, servidores, dizer que não tem dinheiro para dar RGA. Isso é uma falta de vergonha, é um Governador que não tem a coragem de enfrentar quem tem que enfrentar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - A Secretária-Adjunta Roberta tem a palavra para fazer as considerações acerca das falas.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Eu quero responder a questão do nosso colega Adolfo Grassi, o que o senhor falou em relação ao não contermos os limites. Aquilo é o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal fala que se você ultrapassar o limite, quais são as vedações? Você não pode fazer concurso, qualquer aumento de Despesa com Pessoal. Então, ele está falando ali na vedação, ressalvado a RGA. Então, você pode conceder e a RGA, seria uma ressalva. Você pode conceder! Então, você não pode aumentar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Despesa com Pessoal, ressalvada a RGA, mas isso não quer dizer que você não tenha que se enquadrar ao limite.

Ele dá outras exceções: saúde, educação, segurança, para provimento em caso de vacância. Ele fala que você pode fazer, mas você não deixa de ter que cumprir. E se não nos enquadrarmos é Crime de Responsabilidade.

Tem algumas situações, por exemplo, no caso de saúde, educação... Vacância seria falecimento e aposentadoria, você tem que repor esse servidor, não tem outra situação. Mas, por outro lado você tem que criar outras opções, tomar outras decisões para reenquadrar. Então, você tem essa exceção que você pode pagar a RGA, contratar em caso de vacância, mas você tem que tomar outras medidas que seriam... Tem uma relação de medidas que seriam de ordem prioritária, começar demitindo quem está em estágio probatório, tem cargo comissionado... Então, tem aquela relação de medidas em ordem prioritária que você tem que tomar para reenquadrar.

É uma situação difícil!

Discutimos muito as leis, toda a legislação na época da RGA do ano passado.

Então, você pode fazer, mas não dá opção de você desenquadrar por causa da RGA. Se conseguíssemos tirar aquele valor no computo do limite, seria ótimo, mas não pode. Toda despesa de pessoal, na maioria, entra para o cálculo do limite.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Para falar em nome do Ministério Público Estadual, passemos a palavra ao Promotor Arnaldo Justino da Silva.

O SR. ARNALDO JUSTINO DA SILVA - Eu quero cumprimentar, inicialmente, o Deputado Sebastião Rezende, que preside esta Audiência Pública; o Deputado Pedro Satélite; a Secretária Adjunta Roberta Penna; a colega Anne Karine - o Deputado Zé Domingos Fraga foi embora - e, todos os que estão presentes, os sindicalistas, as pessoas que estão participando desta Audiência Pública.

Eu sou Promotor há vinte anos no Estado de Mato Grosso. Comecei em São Félix do Araguaia nos idos de 1997. Advoguei um tempo aqui e em 1997 passei em um concurso público. Quando começamos tínhamos que pagar do próprio bolso, o Secretário... Não tínhamos Promotoria. A Promotoria era um cubículo que era separado para o Promotor no Fórum. Então, o Ministério Público precisava de uma estrutura para trabalhar, para defender melhor a sociedade. Foi em razão disso que houve uma luta do Ministério Público para conquistar uma estrutura para melhor atender a população. Até o Dr. Paulo Prado foi um grande protagonista disso.

Às vezes, o Ministério Público fica um pouco entristecido com algumas críticas que recebe, porque estamos tentando nos estruturar para defender a sociedade. Nós defendemos! Em relação à saúde os Promotores todos os dias saem às ruas, mandam notificação recomendatória, cobram dentro do possível e do jurídico providências do Governo, bloqueiam valores para repassar à saúde, bloqueiam valores para tratamento de pacientes.

Estive em Barra do Garças e fizemos um grande TAC, na época, com o então Governador do Estado, Blairo Maggi, e o Secretário, da época, era o Agostinho Moro, com sete prefeitos, para melhorar o repasse à saúde. Dobramos o repasse à saúde, naquela época, no município.

Em relação a eventuais diferenças salariais conseguimos um fôlego para o pessoal, porque o pessoal queria atender no Programa Saúde da Família, por exemplo, só duas horas. Não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

tem, porque na legislação federal por oito horas o médico tem que estar presente e ele pode, no máximo, por duas horas em hospital de pequeno porte fazer plantão, ou, então, trabalhar seis horas. Cobramos isso, reivindicamos isso.

Aumentou, dobrou o repasse à saúde, na época, que eu estava lá, porque nós lutamos por isso e isso melhorou muito a saúde lá. Por quê? Porque a saúde necessita de uma gestão, também, de uma gestão muito firme, muito pontual de todos que trabalham, desde o Diretor do hospital até o Secretário de Saúde.

O Ministério Público este ano fez várias diligências em relação à saúde, cobranças dos governos, do Governo Estadual, por exemplo. O Alexandre Guedes que está aqui, em Cuiabá, expediu notificação recomendatória para fazer o repasse aos hospitais que estavam em atraso, para os municípios.

Então, o Ministério Público tem...

Na verdade, ele não faz parte do Poder. O Ministério Público não faz parte do Poder tanto que ouvimos falar, às vezes: “O Ministério Público não é Poder.” Nós ouvimos críticas até dos Poderes em relação ao Ministério Público. Na verdade, o Ministério Público faz parte da sociedade, da sociedade.

Ano passado, para os senhores terem uma ideia, sindicalistas que estão aqui, os funcionários públicos só receberam o 13º salário e não tiveram o salário atrasado porque o Ministério Público conseguiu cobrar de um devedor, mais ou menos, uns R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) que foram repassados para os cofres do Estado, senão, o Estado não teria como, no ano passado...

A Secretária Roberta está aqui e, de repente, se eu estiver falando alguma coisa que não seja verdade, pode me corrigir; só se conseguiu pagar ano passado o 13º e não atrasar o salário, porque o Ministério Público conseguiu essa arrecadação para o Estado. Havia um sonegador e nós fomos atrás e estamos indo atrás de vários sonegadores. Diuturnamente, a Drª Ana Cristina Bardusco faz esse trabalho no Ministério Público.

Eu gostaria só de fazer estes comentários.

Está ali o Bussiki que gostaria de cumprimentar, também, ex-Secretário de Planejamento. Estivemos em várias reuniões para tratar de vários assuntos, sempre muito sério, muito cordial, tem aqui as nossas saudações.

Só queria dizer isso.

A reivindicação dos servidores é justa. Qualquer pessoa, qualquer trabalhador, quer aumento salarial. Isso é natural. É natural! Então, é uma reivindicação justa. Agora, o Estado tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se for o caso, se for para dar RGA e tiver que fazer aquela questão de demissão daquelas pessoas não estáveis e, depois, passar para os estáveis, que se faça isso. É uma questão de gestão, de administração.

Muito obrigado a todos!

Era só isso que eu gostaria de falar inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Obrigado.

Vou passar a palavra ao Deputado Pedro Satélite, que é o Relator da LDO na CCJR, para fazer suas considerações finais, também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Eu não poderia deixar de me manifestar depois de ouvir o fórum sindical e os demais.

Primeiramente, dizer que o duodécimo repassado aos Poderes é constitucional e legal.

Quero registrar, também, Sr. Presidente, que há alguma coisa errada. O funcionário da educação é o mesmo funcionário do Tribunal de Contas, é funcionário público estadual. O funcionário da Assembleia Legislativa e o funcionário do Poder Judiciário, do MP, são funcionários públicos.

Alguma coisa está errada e temos que enfrentar isso, sim, Sr. Presidente!
(PALMAS)

Não é justo - tenho tido este posicionamento - que a, apenas, um segmento de funcionários públicos pague a RGA e não o restante não receba. Por que o Tribunal de Contas recebe a RGA? O cidadão que trabalha lá recebe um salário melhor que de um professor. Então, temos que ter esse equilíbrio. Isso tem que ser discutido, sim. Tem que ser discutido. Não é justo! Há uma discriminação, sim, quanto ao recebimento isto eu sempre deixei bem claro. Dei o meu posicionamento ao fórum sindical - estou falando aqui - quanto à RGA, mas sempre deixei claro que todo funcionário é funcionário público. O Deputado é funcionário público. O médico que recebe pelo SUS é funcionário público. Então, todos deveriam receber ou ninguém deveria receber. Então há um desequilíbrio nisso.

Quanto à receita, também, entendo e conheço a todos que vieram para este Estado, inclusive eu, há 40 anos, o sofrimento de quem veio para cá, Deputado Sebastião Rezende. É o agronegócio que contribui com o equilíbrio da balança comercial, mas também contribuiu para encher o bolso de poucos que receberam e que estão ganhando muito. A maioria é pouca.
(PALMAS)

Então, também, acho e sou parceiro. Estou assumindo aqui publicamente que sou parceiro. Se for taxar o agronegócio com mais alguma coisa, haja vista que tem que ser muito bem estudado, tem que chamar todo mundo. Eu sou parceiro e assumo tudo isso aqui, hoje.

Obrigado, Sr. Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria de passar a palavra a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário do Estado de Mato Grosso - SINTAP, Sr^a Diannyre Dias de Souza.

A SR^a DIANNYEIRE DIAS DE SOUZA - Bom dia!

Eu cumprimento, em nome do Fórum Sindical, os componentes da mesa; em nome de Vossa Excelência, Deputado Sebastião Rezende, eu agradeço aos nove Deputados que votaram a favor do servidor público do Estado de Mato Grosso.

Quero falar também ao Secretário de Estado de Planejamento que o nosso segmento, junto com o Fórum Sindical e os demais Sindicatos, fez estudos, sim, Deputados, sobre o agronegócio e o impacto dele, porque é a nossa área. Nós trabalhamos na defesa agropecuária, onde temos o INTERMAT e onde temos um passivo, que todos conhecem, de 500 milhões e temos 40 servidores para trabalhar o Estado.

Então, o senhor vê que não falta receita, Secretário de Estado de Planejamento, falta, sim, querer fazer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Temos também a Lei da Identificação da Madeira, Lei nº 235, que desde o Silval Barbosa que não foi implantada. A Lei está aí para ser executada e não é feita. A arrecadação é de 20 milhões, tocaria a estrutura do Instituto de Defesa Agropecuária.

O projeto que nós apresentamos a SEGES – Secretaria de Estado de Gestão, juntamente com a Secretaria de Estado de Fazenda, a pedido do Governo de Mato Grosso, em reunião com o Fórum, nós fizemos um estudo sobre os insumos colocados no solo do Estado de Mato Grosso, dão 200 milhões por ano, e isso só, senhores servidores presentes, só pagando um real por litro distribuído nas lavouras do agronegócio.

Então, Deputado Pedro Satélite, como Vossa Excelência se comprometeu conosco, nós já temos o projeto elaborado, mas engavetado pela Secretaria de Estado de Gestão, juntamente com o Instituto de Defesa Agropecuária, no caso o Presidente Guilherme Nolasco, que faz parte do agronegócio, está engavetado no INDEA. Se Vossa Excelência pegar o número do processo, ele se encontra lá engavetado.

Então, não há por que dizer e não querer fazer com que o Estado cresça e sem ferir ninguém, porque se todo mundo contribuir e trabalhar como nós vemos e estamos vendo cada servidor fazer a sua parte, mesmo sem estrutura, porque não temos... Dias atrás, capotou-se uma caminhonete com os servidores do INDEA que estavam trabalhando. Sabe qual foi a causa? Pneus carecas. Nós não deixamos de fazer o nosso serviço, porque a sustentabilidade do Estado está no serviço de cada servidor que presta dentro deste Estado.

A importância nossa é fundamental, Secretário de Planejamento! E o Governo, ultimamente, colocou-nos de lado, não está nos ouvindo, não está ouvindo o clamor do servidor, porque também fazemos parte da sociedade, como ouvimos na fala do Oscarlino, do Adolfo e dos demais Presidentes, somos o maior contribuinte de imposto. O nosso imposto é retido na fonte e ainda pagamos. Em cada coisa que consumimos o imposto está lá inserido. O servidor não tem nem como fugir dos impostos. Então, somos o maior contribuinte.

Quero pedir aos senhores, que são cargos de DGA, que hoje são governos, mas amanhã o Governo passa e vocês ficam como servidores. E quero pedir aos senhores que olhem pelo nosso Estado, analisem bem os fatos e vejam como podemos crescer. Não vejam só o lado do Governo, vejam o lado da sociedade, porque nós fazemos parte dessa sociedade, somos a sociedade também. Além de ser servidor, eu faço parte da comunidade.

Eu queria deixar bem claro para os Deputados que a porta do Fórum Sindical de cada um está ali aberta para contribuir, Deputados. Somos somadores de dados, trabalhamos e podemos fornecer todos os dados, porque estamos na ponta.

Quero fazer uma crítica a esta Casa, eu não poderia deixar de fazer essa crítica, e fazer também em nome do Fórum, porque percebemos que o Executivo trabalha sempre na senzala. Por quê? Porque é caindo janela... Ontem estive visitando a AGER, no prédio novo, mas, janela caindo, falta de estrutura, falta de equipamentos, pessoas com LER, porque trabalham demais no computador, falta de condições de trabalho, trabalhando em área insalubre, sem equipamentos, enquanto vimos que outros Poderes estão pisando em mármore, com sua ventilação em dia, com a sua RGA em dia e sendo que quem arrecada é o Poder Executivo.

Então, eu peço para vocês...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE INTERROMPE A ORADORA - INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

A SR^a DIANNYEIRE DIAS DE SOUZA - Isso! E nos tratar com eficiência do nosso trabalho.

Como poderemos ter essa eficiência se estamos trabalhando sem condições?

É isso que peço a esta Casa, que nos ajude, porque temos vontade, garra, coragem e somos qualificados para testar o melhor serviço no Estado de Mato Grosso para a nossa sociedade.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu quero agradecer as palavras da Diannyeire e dizer que, particularmente, sou um entusiasta pelo servidor público estadual. Eu sei o quanto vocês trabalham e são dedicados.

Quero agradecer muito a presença de vocês nesta Audiência Pública, a contribuição que, seguramente, é importante neste momento que discutimos a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Gostaria de reiterar o convite para que possamos com o Fórum Sindical fazer uma análise de todas as emendas que temos, das oitenta e duas, e se, eventualmente, alguma coisa ali não esteja contemplando o Fórum Sindical que incluamos... Como eu já disse, temos toda uma situação de legalidade, analisamos isso, mas eu gostaria que fizéssemos isso antes do dia 25, antes da próxima terça-feira.

A Dr^a Waleska, que é nossa coordenadora, estará à disposição até para que vocês já façam essa visita, ela vai me chamar e vamos juntos, exatamente aqui mesmo, fazer essa conversa final - o Deputado Pedro Satélite é o Relator -, e, seguramente, de forma a contribuir. A contribuição do Fórum Sindical é importante nesse contexto.

É por isso que nós, mais uma vez, agradecemos muito a presença de vocês. Essa sugestão e essa discussão de meios para que possamos fazer efetivamente aumentar a receita do nosso Estado é fundamental, senão, não temos mesmo condições.

É importante que esses recursos venham para fazer frente não só a necessidade de valorização do nosso servidor público estadual, mas os investimentos precisam ser feitos.

É inadmissível, Secretário, e o senhor concorda também e a população, porque tudo que o servidor faz é pensando em atender bem à população. E infelizmente chega lá, não tem condições, não tem estrutura física, não tem equipamentos, isso precisa ser feito. É uma colocação boa e vamos trabalhar nesse sentido, todos juntos... (PALMAS)

Com a palavra... Eu não sei se será a Sr^a Roberta que responderá esses dois questionamentos que a CCJR fez e que precisam ser respondidos, depois o Secretário conclui, faz as considerações finais.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Antes de responder a questão, eu só quero fazer um comentário em relação à fala da nossa colega Diana, é que eu sou cargo comissionado, mas eu fui escolhida tecnicamente. Eu não tenho nenhuma indicação política, assim como todos da Secretaria Adjunta de orçamento. A Sr^a Gisele, a nossa Superintendente, que está aqui, o Sr. Ricardo... E você pode ter certeza que em todo momento nós fazemos todo esforço para atender a tudo que vocês falaram aqui, que também seria o nosso anseio. Inclusive, porque também recebemos a RGA. Então, se faltou, faltou para nós. Ficamos nos reunindo na época da discussão da RGA, era feriado, era sábado, era domingo. Nós até brincávamos que fazíamos o advogado do diabo. Tentávamos, víamos com umas soluções doidas, mas assim, vai

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

que funciona. Nós tentamos de todas as formas. E na época da definição dos tetos da LOA, o nosso colega Ricardo, o Rogério, toda Secretaria, eles tentam atender. Mas é como já foi falado aqui, nós temos um limite que é a receita que foi prevista. Então, não tem como fazer mágica. Usamos o que estamos fazendo para a gestão orçamentária, não foi feito antes, não foi prestado antes, mas são inovações e a equipe técnica se debruça no orçamento em discussões, tentando melhorar cada vez mais. E realmente, o cargo comissionado é de livre nomeação e exoneração. Se amanhã eu não voltar, eu volto para o lugar que eu sempre estive, que é o mesmo trabalho que eu tenho feito. Só estou fazendo esse comentário.

Com relação à pergunta, que eu acho que é da equipe da Waleska, as questões de impedimento, previstas no art. 40, serão analisadas posteriormente pela Assembleia Legislativa, é porque no art. 40 da LDO fala sobre as emendas parlamentares que se tiver algum impedimento técnico, nós não temos obrigatoriedade de fazer execução orçamentária, de cumprir essas emendas. Então...

(O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA DIALOGA COM A SECRETÁRIA ADJUNTA ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Como exemplo de impedimentos técnicos, na própria Lei está falando: “a não indicação do beneficiário, o valor da emenda, a não apresentação do plano de trabalho, a desistência da proposta por parte do proponente, incompatibilidade do projeto proposto com a finalidade da ação orçamentária...” Entre outros, tem oito itens aqui. E não é posteriormente que a Assembleia Legislativa analisará, porque nesse processo nós estamos juntos com a Assembleia Legislativa o tempo todo, as Secretarias principalmente. Sempre tem um Assessor do Deputado que propôs a Emenda, ele vai à Secretaria, vê qual documento está faltando, ele vai atrás do Município para ver... Portanto, esse trabalho é durante todo o tempo de viabilização da Emenda.

Por exemplo, o ano passado a nossa equipe do Orçamento ficou sem o recesso do Natal porque estava fazendo as alterações das emendas para tentar empenhar, porque tinha muito impedimento técnico, modalidade de aplicação errada, a votação orçamentária equivocada. Então, nas emendas vêm muitos problemas técnicos e nós fazemos todo o esforço, tanto que nós autorizamos o remanejamento quando nós vimos o ano passado, e isso foi até o final do ano.

Nós vimos que as emendas estavam erradas e aí tinha alguma forma de executar, era só fazer uma alteração da modalidade de habitação, por exemplo, e nós não autorizamos isso e ficamos fazendo, certo, Gisele, até o final do ano passado. Nós conseguimos empenhar quase a totalidade das emendas.

Então, não tem a autorização da Assembleia Legislativa posteriormente, nós não vamos mandar a relação porque as Secretarias já estão o tempo todo em contato com os Deputados, com os Assessores dos Deputados, tentando viabilizar uma forma de executar essas emendas, mas se for o caso nós podemos pedir para as Secretarias fazerem um relatório de quais emendas que de forma alguma tiveram jeito de serem executadas tecnicamente e mandar para a Assembleia Legislativa.

Isso! Nós podemos fazer isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

Nunca é necessário porque tem todo esse acompanhamento e só não executa mesmo quando não tem jeito, quando não consegue mesmo, o Município não tem documento, de alguma forma. Mas nós podemos pedir para as Secretarias fazerem esse relatório e encaminharem a relação das emendas que não puderam ser atendidas por impedimento técnico.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra ao Exmº Sr. Secretário Gustavo Pinto Coelho de Oliveira para suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Tem outra questão ainda, Deputado, sobre o art. 44 que trata principalmente da concessão da RGA/2017.

Obviamente, a Lei está aprovada, vamos precisar fazer a discussão em relação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e como será feita a implantação. O percentual tem que ser por lei específica, mas nós precisamos nos enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero mais uma vez agradecer imensamente a Assembleia Legislativa, sempre é uma grande oportunidade de debater com a sociedade. Sem esta Casa de Leis, isso seria muito difícil.

Então, eu quero agradecer a Vossa Excelência, primeiro pela iniciativa das Audiências Públicas, esperamos ter respondido a todos os questionamentos, estamos levando aqui as anotações, a equipe está à disposição, independentemente das audiências, nós estamos lá à disposição para quaisquer esclarecimentos. Nós vamos ter, tão logo tenhamos resolvidas as questões que ficaram pendentes desde a discussão da LDO, até que nós protocolamos o Projeto de Lei da LOA, que sincronizar essas duas ferramentas e tão logo estejam definidas, contamos muito com esta Casa para que nós possamos fazer isso de maneira célere.

E por último, Deputado, a equipe está sempre à disposição, não só nesses eventos, mas sempre à disposição dos Deputados e, principalmente, de toda a sociedade para que permanentemente façamos esse diálogo, acompanhamos como está a receita, para onde está indo o recurso do Governo e mais do que isso, como é que o cidadão está sendo atendido. Essa é uma obrigação nossa e nós estamos lá à disposição.

Muito obrigado mais uma vez aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu quero agradecer mais uma vez a presença de todos, da Drª Roberta Amaral, que é Secretária Adjunta, que depois fará uma discussão com a Assessoria da CCJR, nós fizemos quatro perguntas e ainda há dúvidas nessas respostas, mas a SEPLAN com certeza estará junto, acompanhando.

Secretário, é importante que agora a Secretaria de Estado de Planejamento faça um esforço concentrado aqui na Assembleia Legislativa, pelo menos até o dia 25, que, *a priori*, é votar a LDO nas Comissões, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Então, nessa semana, é importante a presença da SEPLAN em tempo integral aqui, nós vamos ter o Fórum Sindical participando conosco nesse processo até o dia 25, que será a votação nas Comissões.

Fica o nosso agradecimento a todos os nossos companheiros presentes.

Muito obrigado, José Bussiki e ao Ministério Público, o Poder Judiciário já assumiu um compromisso aqui de na próxima audiência pública, quinta-feira, estar presente também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016,
MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 - LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO
DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 9H.

A todos, muito obrigado e declaro encerrada esta primeira audiência pública para tratar da LDO. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.